

Concorrência Binacional AF 2021-18 Licitación Pública Binacional AF 2021-18

ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

ACTUALIZACIÓN TECNOLÓGICA DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA ITAIPU

ADITAMENTO 23

ADITIVO 23

I) Em conformidade com o disposto no subitem 2.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional AF 2021-18, a ITAIPU responde perguntas formuladas por empresas pré-qualificadas nesta licitação:

PERGUNTA 1

“ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 42 § 1º Item XII caso as companhias de seguros contratem resseguros, deverão considerar os seguintes requisitos: ...Entendemos que assim como é aceita a possibilidade das companhias de seguros contratarem resseguros para configurar sua apólice, também será aceito por Itaipu se a apólice referenciar uma seguradora como COSSEGURADORA, uma vez que nada muda quanto à cobertura e Itaipu sempre tratará com a líder da apólice em caso de execução. Favor confirmar nosso entendimento.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto, pois a Seguradora não poderá sob nenhuma hipótese fazer Cosseguro.

PERGUNTA 2

“ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 42 § 1º e § 2º "...a empresa líder poderá reter o valor total ou parcial ... para saldar compromissos e exigências pendentes, reparar danos, recuperar despesas ou saldar compromissos decorrentes de inadimplência de qualquer natureza relacionada ao proposto por cada integrante, vencedor dos Lotes 2 e 3; e" Entendemos que, além de quaisquer outros critérios que possam vir a ser definidos e autorizados, os critérios definidos por Itaipu como condições para retenção de valores caucionados também

I) De conformidad con lo dispuesto en el sub-ítem 2.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional AF 2021-18, la ITAIPU responde preguntas formuladas por empresas precalificadas en esta licitación:

PREGUNTA 1

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 42 § 1º Ítem XII En caso de que las compañías de seguros contraten reaseguro, deberán considerar los siguientes requisitos: ... Entendemos que así como se acepta que las aseguradoras puedan contratar reaseguro para configurar su póliza, también será aceptado por Itaipu si la póliza hace referencia a una aseguradora como COASEGURADOR, ya que nada cambia en términos de cobertura e Itaipu siempre tratará con el líder de la póliza en caso de ejecución. Favor confirmar nuestro entendimiento.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto, pues la Aseguradora no podrá en ninguna hipótesis hacer Coaseguro.

PREGUNTA 2

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 42 § 1 y § 2 ... la empresa líder podrá retener el monto total o parcial ... para liquidar compromisos y exigencias pendientes, reparar daños, recuperar gastos o liquidar compromisos derivados de incumplimientos de cualquier naturaleza relacionado a lo propuesto por cada miembro, ganador de los Lotes 2 y 3. Entendemos que, además de cualquier otro criterio que se pueda definir y autorizar, los criterios definidos por Itaipu como condiciones para la retención de valores garantizados

se aplicam como condições para justificar a execução das garantias dadas na modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária pela empresa Líder do consórcio vencedor do Lote 1. Favor confirmar nosso entendimento.”

RESPOSTA

Ficará a critério dos representantes do Lote 1 do Consórcio CONTRATADO. As garantias obtidas pelos vencedores dos lotes 2 e 3 deverão ser apresentadas ao vencedor do lote 1 quanto ao seu teor e validade.

A ITAÍPU não estabelecerá critérios de execução das apólices de seguros para caso pontual ficando a critério do vencedor do lote 1 a aceitação dos termos contratuais propostos.

PERGUNTA 3

“Resposta 86 do Aditamento 12 Lote 1

”PERGUNTA: “a) Entendemos que, para fins da Cláusula 93, ainda que o resultado do ensaio de disponibilidade não se mostre satisfatório, terá lugar a emissão do Certificado de Aceitação Provisória (CAP) ou de nova OEP, sempre que Itaipu Binacional opere os equipamentos correspondentes, nas condições previstas em tal cláusula, sem prejuízo do dever do CONTRATADO corrigir os defeitos ao longo do período de garantia técnica.

(b) Entendemos que, caso não seja possível ao CONTRATADO concluir os testes e ensaios necessários à aceitação provisória de certo equipamento por mais de 30 (trinta) dias, por motivos alheios à responsabilidade do CONTRATADO, tais equipamentos serão considerados provisoriamente aceitos, sem prejuízo do dever do CONTRATADO realizar os testes e ensaios que forem aplicáveis na primeira oportunidade possível.”

RESPOSTA: (a) Entendimento incorreto. Ainda que a ITAIPU se utilize da prerrogativa prevista na Cláusula 93 da Minuta de Contrato, Anexo VII do CBC, o Certificado de Aceitação Provisória (CAP) somente será emitido uma vez cumpridos os requisitos disciplinados nas Cláusulas 90 a 92; (b) Entendimento incorreto. O Certificado de Aceitação Provisória (CAP) somente será emitido uma vez cumpridos os requisitos disciplinados nas Cláusulas 90 a 92 da Minuta de Contrato, Anexo VII do CBC. ”

también se aplican como condiciones para justificar la ejecución de las garantías otorgadas en forma de seguro-garantía o aval bancario por la empresa líder del consorcio que haya ganado el Lote 1.

Favor confirmar nuestro entendimiento.

RESPUESTA

Quedará a criterio de los representantes del Lote 1 del Consorcio CONTRATADO. Las garantías obtenidas por los vencedores de los Lotes 2 y 3 deberán ser presentadas al vencedor del Lote 1 a los efectos de evaluación y aprobación respectiva.

La ITAIPÚ no establecerá criterios de ejecución de pólizas de seguros para el caso puntual quedando al exclusivo criterio del vencedor del Lote 1 la aceptación de los términos contractuales propuestos.

PREGUNTA 3

Respuesta 86 del Aditivo 12 Lote 1

PREGUNTA:

a) Entendemos que, a los efectos de la Cláusula 93, aunque el resultado de la prueba de disponibilidad no sea satisfactorio, se procederá a la emisión del Certificado de Aceptación Provisoria (CAP) o de nueva OEP, siempre que Itaipu Binacional opere el equipo correspondiente, en las condiciones previstas en dicha cláusula, sin perjuicio del deber del CONTRATISTA de subsanar los defectos durante todo el período de garantía técnica.

(b) Entendemos que, si no es posible que el CONTRATISTA complete las pruebas y ensayos necesarios para la aceptación provisoria de ciertos equipos por más de 30 (treinta) días, por causas ajenas a la responsabilidad del CONTRATISTA, dichos equipos se considerarán provisoriamente aceptados, sin perjuicio de Deber del CONTRATISTA de realizar las pruebas y ensayos que sean de aplicación en la primera oportunidad posible.

RESPUESTA:

(a) Comprensión incorrecta. A pesar de que ITAIPU utiliza la prerrogativa prevista en la Cláusula 93 de la Minuta de Contrato, Anexo VII del CBC, el Certificado de Aceptación Provisoria (CAP) solo se emitirá una vez que se cumplan los requisitos disciplinados de las Cláusulas 90 a 92;

(b) Comprensión incorrecta. El Certificado de Aceptación Provisoria (CAP) solo se emitirá una vez que se cumplan los requisitos establecidos

Entendemos que a possibilidade de operação descrita na cláusula 93 fica condicionada ao enquadramento, a exclusivo critério da ITAIPU, na hipótese da cláusula 92. Favor confirmar este entendimento.”

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto. A emissão de OEP está vinculada ao cumprimento das obrigações do CONTRATADO, e demais requisitos descritos no Contrato.

PERGUNTA 4

“Resposta 235 do Aditamento 12 Lote 1

“PERGUNTA: “ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Capítulo XIX - Seção V Cláusula 71 a) - Confirmar que ITAIPU entende e aceita faturas proforma para cobranças de materiais e/ou equipamentos como “documento equivalente”.”

RESPOSTA: Entendimento incorreto. A ITAIPU não pode confirmar este entendimento, pois depende da previsão legal vigente à época da emissão dos documentos fiscais. Favor reportar-se à resposta da pergunta 4 deste Aditamento, e considerar que, documentos equivalentes às notas fiscais, são aqueles admitidos pela legislação de regência da operação a que se refere o fornecimento (bens ou serviços). A equivalência de documentos substitutos às notas fiscais deverá constar das balizas expressas na legislação municipal, estadual ou federal, conforme o tipo da operação a que se refere o fornecimento (venda e/ou serviço).”

Considerando a Resposta 235, bem como considerando que atualmente a fatura PROFORMA, muito embora não seja um documento fiscal, não é um documento proibido pela legislação brasileira no tocante às tratativas financeiras entre as empresas, solicita a licitante que seja confirmado o entendimento de que enquanto a fatura PROFORMA não for proibida pela legislação brasileira, as partes poderão valer-se deste documento como mecanismo de evidenciar a cobrança dos eventos de pagamento.”

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A documentação exigida para liberação de pagamento está definida no Parágrafo único da CLÁUSULA 71 da

en las Cláusulas 90 a 92 de la Minuta de Contrato, Anexo VII del CBC.

Entendemos que la posibilidad de una operación descrita en la cláusula 93 está sujeta al marco, a sola discreción de ITAIPU, en el caso de la cláusula 92. Favor confirmar la comprensión.

RESPUESTA

Entendimiento parcialmente correcto. La emisión de la OEP está vinculada al cumplimiento de las obligaciones del CONTRATISTA, y demás requisitos descritos en el Contrato.

PREGUNTA 4

Respuesta 235 del Aditivo 12 Lote 1

PREGUNTA: ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Capítulo XIX - Sección V Cláusula 71

a) - Favor confirmar que ITAIPU entiende y acepta facturas proforma por cargos por materiales y/o equipos como documento equivalente.

RESPUESTA: Comprensión incorrecta. ITAIPU no puede confirmar este entendimiento, ya que depende de la disposición legal vigente al momento de la emisión de los documentos fiscales. Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 4 de este Aditivo, y considerar que documentos equivalentes a facturas son aquellos admitidos por la legislación que rige la operación a que se refiere el suministro (bienes o servicios). La equivalencia de documentos sustitutos de las facturas debe constar en las balizas expresadas en la legislación municipal, estatal o federal, según el tipo de operación a que se refiera el suministro (venta y/o servicio). Considerando la Respuesta 235, así como considerando que actualmente la factura PROFORMA, aunque no es un documento tributario, no es un documento prohibido por la ley brasileña con respecto a las transacciones financieras entre empresas, el licitante solicita que sea confirmado el entendimiento de que si bien la factura PROFORMA no está prohibida por la ley brasileña, las partes podrán valerse de este documento como mecanismo para evidenciar el cobro de eventos de pago.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. La documentación exigida para liberación de pago está definida en el Parágrafo único de la CLÁUSULA 71 de la

Minuta de Contrato. A ITAIPU avaliará cada caso concreto de faturamento, aferindo o atendimento da obrigação contratual e legal vigente à época. Ratifica-se a resposta anterior. Atualmente, a ITAIPU aceita, como nota fiscal ou equivalente, apenas documentos previstos em legislação atrelada à operação, conforme cada caso concreto.

PERGUNTA 5

"Resposta 334 do Aditamento 12 Lote 1
"PERGUNTA: "(...) b) Geral 2:
Entendemos que deveremos considerar apenas duas casas após a vírgula, arredondada para cima, na taxa SPOT a ser utilizada para a conversão dos preços de BRL para USD na entrega da proposta comercial. Favor confirmar entendimento; (...) Favor confirmar."
RESPOSTA: ""(...)b) Entendimento incorreto. Deve-se considerar a taxa PTAX, utilizada para a venda, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, com 4 (quatro) casas decimais, o resultado da conversão de USD para BRL sofrerá arredondamento aritmético em duas casas decimais, para a obtenção dos valores em reais. (...)"" Considerando a Resposta 334, entendemos que: (i) o Preço a ser proposto deverá ser convertido para USD utilizando a PTAX de venda sem arredondamento (4 casas decimais); (ii) O resultado desta operação deverá ser arredondado para 2 casas decimais e apresentado na Proposta Comercial. Favor confirmar se este arredondamento para 2 casas decimais deverá ser "para cima" ou "para baixo"?"

RESPOSTA

i) Entendimento correto. O preço da proposta deverá ser convertido considerando a taxa PTAX, nos termos do subitem 3.4.3 b do CBC.
ii) O resultado deverá ser arredondado para duas casas decimais de acordo com o arredondamento aritmético.

PERGUNTA 6

"Respostas 8 e 10 do Aditamento 12 Lote 1
"RESPOSTA 8: ""Para os fins da Cláusula 35, o cumprimento integral das obrigações dar-se-á quando acabar a garantia de manutenção corretiva da última unidade geradora ou da última família de equipamentos/sistemas, o que ocorrer por último, acrescido do prazo de

Minuta de Contrato. La ITAIPU evaluará cada caso concreto de facturación, contrastando el cumplimiento de la obligación contractual y legal vigente en la época. Se ratifica la respuesta anterior. Actualmente, la ITAIPU acepta, como nota fiscal o equivalente, apenas documentos previstos en la legislación relacionada a la operación, conforme cada caso concreto.

PREGUNTA 5

Respuesta 334 del Aditivo 12 Lote 1
PREGUNTA: (...) b) General 2:
Entendemos que debemos considerar solo dos decimales después de la coma, redondeados hacia arriba, en la tasa SPOT que se utilizará para convertir los precios de BRL a USD al entregar la oferta comercial. Favor confirmar interpretación; (...) Favor confirmar.
RESPUESTA: (...)
b) Comprensión incorrecta. Se debe tomar en cuenta la tasa PTAX utilizada para la venta, puesta a disposición por el Banco Central de Brasil, con 4 (cuatro) decimales, el resultado de la conversión de USD a BRL se someterá a un redondeo aritmético a dos decimales, para obtener los valores en Reales. (...) Considerando la Respuesta 334, entendemos que: (i) el Precio a proponer debe convertirse a USD utilizando el PTAX para la venta sin redondeo (4 decimales); (ii) El resultado de esta operación deberá redondearse a dos decimales y presentarse en la Oferta Comercial. Favor confirmar si este redondeo a 2 lugares decimales debe ser hacia arriba o hacia abajo.

RESPUESTA

i) Entendimiento correcto. Para empresas brasileiras: El precio de la oferta debe ser convertido considerando la tasa PTAX, en los términos del sub-ítem "3.4.3 b" del PBC. ii) El resultado deberá ser redondeado en dos decimales de acuerdo con el redondeo aritmético.

PREGUNTA 6

Respuestas 8 y 10 del Aditivo 12 Lote 1
RESPUESTA 8:
Para efectos de la Cláusula 35, el pleno cumplimiento de las obligaciones se producirá cuando finalice la garantía de mantenimiento correctivo de la última unidad generadora o de la última familia de equipos/sistemas, lo que

90 dias.”

PERGUNTA 10: “Anexo VII Minuta de Contrato, Cláusula 38 - Entendemos que durante todo o período de vigência das Garantias Financeiras (Cláusula 81 e seguintes da Minuta de Contrato), também deverão permanecer válidas as Garantias Complementares dos Lotes 2 e 3 (Cláusula 38 e seguintes da Minuta de Contrato). Ainda, o montante destas Garantias Complementares deverá sempre representar, em relação às Garantias Financeiras, a participação proporcional dos Lotes 2 e 3 no Contrato. Favor confirmar este entendimento.”

RESPOSTA 10: Entendimento parcialmente correto. As garantias correspondentes aos lotes 2 e 3 deverão permanecer vigentes durante todo o Contrato. Quanto ao valor das garantias correspondentes aos lotes 2 e 3, dever-se-á seguir o estabelecido nas cláusulas 38, 41, 42 e seu parágrafo 1º, parte IV. ” Considerando a Resposta 10 do Aditamento 12, entendemos que “vigente durante todo o Contrato”, deve ser interpretado conforme detalhado na Resposta 8 do Aditamento 12. Portanto, as garantias complementares dos lotes 2 e 3 deverão permanecer válidas até “acabar a garantia de manutenção corretiva da última unidade geradora ou da última família de equipamentos/sistemas, o que ocorrer por último, acrescido do prazo de 90 dias”. Por favor confirmar este entendimento.”

RESPOSTA

Entendimento correto. Para os fins da Cláusula 35, o cumprimento integral das obrigações dar-se-á quando acabar a garantia de manutenção corretiva da última unidade geradora ou da última família de equipamentos/sistemas, o que ocorrer por último, acrescido do prazo de 90 (noventa) dias.

PERGUNTA 7

“Minuta de Contrato XII 25 Cl. 38 - “O Performance Bond a ser apresentado pelo CONTRATADO (Cláusula 82 do Contrato) será contra-garantido pelas empresas dos Lotes 2 e 3 através de Garantia Complementar (Cláusula 38 do Contrato).

No entanto, não há previsão de contra-garantias equivalentes para as Garantias de Manutenção Corretiva, descritas nas cláusulas 82 e 83 do Contrato. A ausência destas contra-garantias resulta em alocação desequilibrada e

ocorra em último lugar, mais el plazo de 90 días.

PREGUNTA 10: Anexo VII Proyecto de Contrato, Cláusula 38 - Entendemos que durante todo el período de vigencia de las Garantías Financieras (Cláusula 81 y siguientes de la Minuta de Contrato), las Garantías Complementarias de los Lotes 2 y 3 (Cláusula 38 y siguientes de la Minuta de Contrato) también deben permanecer vigentes. Además, el monto de estas Garantías Complementarias deberá representar siempre, en relación a las Garantías Financieras, la participación proporcional de los Lotes 2 y 3 en el Contrato. Favor confirmar la comprensión.

RESPUESTA 10: Comprensión parcialmente correcta. Las garantías correspondientes a los lotes 2 y 3 deberán permanecer vigentes durante todo el Contrato. En cuanto al valor de las garantías correspondientes a los lotes 2 y 3, se deberá seguir lo dispuesto en las cláusulas 38, 41, 42 y su párrafo 1, parte IV.

Teniendo en cuenta la Respuesta 10 al Aditivo 12, entendemos que, en efecto, a lo largo del Contrato, debe interpretarse como se detalla en la Respuesta 8 del Aditivo 12. Por lo tanto, las garantías complementarias para los lotes 2 y 3 deben permanecer vigentes hasta que finalice la garantía de mantenimiento correctivo de la última unidad generadora o de la última familia de equipos/sistemas, lo que ocurra en último lugar, más el plazo de 90 días. Favor confirmar la comprensión.

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Para los fines de la Cláusula 35, el cumplimiento integral de las obligaciones se dará cuando acabe la garantía de mantenimiento correctivo de la última unidad generadora o de la última familia de equipos/sistemas, lo que ocurra por último, más el plazo de 90 (noventa) días.

PREGUNTA 7

Minuta de Contrato XII 25 Cl. 38 –

La Fianza de Cumplimiento (Performance Bond) a presentar por el CONTRATISTA (Cláusula 82 del Contrato) será contra-garantizada por las empresas de los Lotes 2 y 3 mediante Garantía Complementaria (Cláusula 38 del Contrato).

Sin embargo, no existe previsión para contragarantías equivalentes para las Garantías de Mantenimiento Correctivo, descritas en las cláusulas 82 y 83 del Contrato. La ausencia de estas contragarantías da como resultado una

injusta do respectivo risco, onerando as propostas a serem apresentadas para o Lote 1. Assim, solicitamos a inclusão de Garantias Complementares, nos mesmos moldes daquela definida na cláusula 38 do Contrato, de forma a contra-garantir as Garantias de Manutenção Corretiva descritas nas cláusulas 82 e 83 do Contrato."

RESPOSTA

Em função do exposto, foram alteradas as Cláusulas 38, 42, 82 e 83 da Minuta de Contrato. Gentileza atentar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 8

"Minuta de Contrato XII 25 Cl. 38

"Considerando a Resposta 9 do Aditamento 12, esclarecemos que não se pretendeu ampliar o valor das Garantias Complementares, de 10% do valor da respectiva proposta comercial. Solicitamos que as Garantias Complementares dos Lotes 2 e 3 (Cláusula 38 do Contrato) incluam em suas coberturas amparo para garantir pagamento de multas e penalidades. Assim, em caso de inadimplência dos Lotes 2 ou 3 com relação ao pagamento de multas e penalidades previstas no Contrato, dita inadimplência estará coberta pelas Garantias Complementares que emitiram."

RESPOSTA

As Garantias Complementares dos Lotes 2 e 3 (Cláusula 38 do Contrato) não poderão incluir a cobertura de pagamento de multas e penalidades.

PERGUNTA 9

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 62 e 63 113, letra b) ...há disposição de que ITAIPU PODERÁ rescindir este Contrato de forma parcial, relativamente aos Lotes 1, 2 ou 3, na hipótese dos integrantes de um dos lotes entrar em processo falimentar ou de insolvência civil e, conforme o caso, a critério da ITAIPU, de recuperação judicial; Entende-se que quando qualquer integrante do Lote 1, 2 ou 3 entrar em processo falimentar ou insolvência civil ou recuperação judicial ITAIPU PODERÁ rescindir parcialmente a parte do contrato com o Lote que se encontrar numa dessas 3 situações. Caso

asignación desequilibrada e injusta del respectivo riesgo, lo que sobrecarga las propuestas que se presentarán para el Lote 1. Por tanto, solicitamos la inclusión de Garantías Complementarias, en la misma forma de aquella definida en la cláusula 38 del Contrato, de forma a contra-garantizar las Garantías de Mantenimiento Correctivo descritas en las cláusulas 82 y 83 del Contrato.

RESPUESTA

En base a lo expuesto, fueron alteradas las Cláusulas 38, 42, 82 y 83 de la Minuta de Contrato. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 8

Minuta de Contrato XII 25 Cl. 38

Considerando la Respuesta 9 del Aditivo 12, aclaramos que no se pretendía incrementar el valor de las Garantías Complementarias, del 10% del valor de la respectiva Oferta Comercial. Solicitamos que las Garantías Complementarias de los Lotes 2 y 3 (Cláusula 38 del Contrato) incluyan en sus coberturas amparo para garantizar el pago de multas y sanciones.

Así, en caso de incumplimiento de los Lotes 2 o 3 en relación con el pago de multas y sanciones previstas en el Contrato, dicho incumplimiento será cubierto por las Garantías Complementarias que hayan emitido.

RESPUESTA

Las Garantías Complementarias de los Lotes 2 y 3 (Cláusula 38 del Contrato) no podrán incluir la cobertura del pago de multas y penalidades.

PREGUNTA 9

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13

Lote 1 62 y 63 113, letra b) ... hay disposición de que ITAIPU PODRÁ rescindir parcialmente este Contrato, en relación con los Lotes 1, 2 o 3, en caso de que miembros de uno de los lotes entren en concurso de acreedores o insolvencia civil y, según sea el caso, a discreción de ITAIPU, para la recuperación judicial.

Se entiende que cuando cualquier miembro del Lote 1, 2 o 3 entra en concurso de acreedores o insolvencia civil o recuperación judicial, ITAIPU podrá rescindir parcialmente parte del contrato con el Lote que se encuentre en una de estas 3

o entendimento esteja correto, solicita-se a ITAIPU que obrigatoriamente rescinda parcialmente o Contrato com o lote em processo falimentar ou insolvência civil tendo em vista ser inviável a continuação do Contrato pelos demais lotes com empresas nessas situações.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A redação do art. 49, *caput*, da Norma Geral de Licitação (NGL) cuida da rescisão unilateral do Contrato como uma faculdade, cuja utilidade do exercício será avaliada no caso concreto.

PERGUNTA 10

“ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 63 113, §1º, letra a) ... tem como consequência da rescisão parcial a assunção imediata do objeto deste Contrato, nas condições em que se encontrar, por parte da ITAIPU, que poderá, a seu critério, direta ou indiretamente, dar continuidade à sua execução. “Considerando a resposta à PERGUNTA 215 do aditamento 12 “ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - Capítulo XXVII - Cláusula 113 - Entendemos que o item a), cláusula 113, § 1º, se refere a assunção do objeto do lote rescindido e não do objeto do Contrato. Favor confirmar nosso entendimento.” RESPOSTA Entendimento correto.”

Entende-se que na hipótese de ITAIPU assumir imediatamente o objeto do lote rescindido, o Contrato será aditivado para refletir a rescisão parcial com adequação de prazos, preços e demais impactos na execução do Contrato. Caso a assunção imediata do Contrato ocorra de forma indireta por parte de ITAIPU, entende-se que (i) a contratação será feita entre Itaipu a outra empresa e (ii) que eventuais impactos da nova empresa na execução do Contrato pelos lotes remanescentes serão refletidos no respectivo aditivo contratual.”

RESPOSTA

Esclarecemos que é impossível delimitar, de antemão, como ocorrerá eventual exercício, pela ITAIPU, da faculdade estabelecida na Cláusula 113, § 1º, marcador “a”, da Minuta de Contrato, bem como as consequências do ato. Assim, os efeitos do exercício desta faculdade nas obrigações contratuais somente poderão ser

situaciones. Si el entendimiento es correcto, se solicita a ITAIPU que indefectiblemente rescinda parcialmente el Contrato con el lote en concurso de acreedores o insolvencia civil, ante la inviabilidad de la continuación del Contrato por los demás lotes con empresas en estas situaciones.

RESPUESTA

Solicitud rechazada. La redacción del art. 49, *caput*, de la Norma General de Licitaciones (NGL) trata de la rescisión unilateral del contrato como facultad, cuya utilidad de ejercicio se evaluará en el caso concreto.

PREGUNTA 10

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 63 113, §1º,

letra a) ... tiene como consecuencia la rescisión parcial la recepción inmediata del objeto de este Contrato, en las condiciones en las que se encuentra, por parte de ITAIPU, que podrá, a su discreción, directa o indirectamente, continuar su ejecución.

Considerando la respuesta a la PREGUNTA 215 del Aditivo 12 ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - Capítulo XXVII - Cláusula 113 - Entendemos que el inciso a), cláusula 113, § 1º, se refiere a la recepción del objeto del lote rescindido y no del objeto del Contrato. Favor confirmar nuestra comprensión. RESPUESTA: Comprensión correcta.

Se entiende que en caso de que ITAIPU se haga cargo de inmediato del objeto del lote rescindido, el Contrato se modificará para reflejar la rescisión parcial con adecuación de fechas, precios y otros impactos apropiados en la ejecución del Contrato. Si la recepción inmediata del Contrato ocurre de manera indirecta por parte de ITAIPU, se entiende que (i) la contratación se realizará entre Itaipu y otra empresa y (ii) que se reflejará cualquier impacto de la nueva empresa en la ejecución del Contrato por los lotes restantes en el respectivo aditivo contractual.

RESPUESTA

Aclaremos que es imposible acotar, de antemano, cómo se producirá el eventual ejercicio, por parte de ITAIPU, de la facultad establecida en la Cláusula 113, § 1, inciso “a”, de la Minuta de Contrato, así como las consecuencias del acto. Así, los efectos del ejercicio de esta facultad sobre las obligaciones

avaliados no caso concreto.

PERGUNTA 11

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 60 a 63 Cláusulas 110 e 113 CLÁUSULA 110 O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela ITAIPU... "As hipóteses de possibilidade de rescisão por ITAIPU nos casos de recuperação judicial estão dispostas tanto para rescisão unilateral por ITAIPU da cláusula 110 da minuta de Contrato, quanto para rescisão parcial com relação aos integrantes do lote da cláusula 113. Sendo assim, tanto para rescisão unilateral do Contrato por Itaipu quanto para rescisão parcial do Lote, a possibilidade de rescisão ficará a critério de Itaipu. Questiona-se existe algum critério objetivo nesse sentido?"

RESPOSTA

Esclarecemos que a faculdade de rescisão unilateral do Contrato em caso de recuperação judicial do CONTRATADO possui a sua gênese na prescrição do art. 49, par. ún., da Norma Geral de Licitação (NGL), sendo o seu exercício uma decisão discricionária do administrador da ITAIPU, baseada em justificativas de conveniência e oportunidade.

PERGUNTA 12

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 60 a 63 Cláusulas 110 e 113 CLÁUSULA 110 O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela ITAIPU... "A hipótese de rescisão por ITAIPU nos casos de recuperação judicial encontra-se prevista na cláusula 110 da minuta de Contrato - rescisão unilateral por parte da ITAIPU. Conclui-se que a possibilidade de rescisão ficará a critério de Itaipu. Quando ITAIPU decidir manter o Contrato, conforme disposto na cláusula 110 § 2º, é facultado a ITAIPU manter o Contrato, podendo assumir mediante negociação, o controle de determinadas atividades de serviços essenciais. Questiona-se como será que ITAIPU assumirá o Contrato? Itaipu assumirá as atividades de serviços essenciais do Contrato ou do lote que se encontra em recuperação judicial? A negociação será com quem? O que são considerados serviços essenciais? Como ficam os

contractuales solo pueden evaluarse en el caso concreto.

PREGUNTA 11

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 60 a 63 Cláusulas 110 y 113. CLÁUSULA 110. El presente Contrato puede ser rescindido unilateralmente por ITAIPU... Las hipótesis de la posibilidad de rescisión por parte de ITAIPU en casos de recuperación judicial están dispuestas tanto para la rescisión unilateral por parte de la ITAIPU de la cláusula 110 de la Minuta de Contrato, como para la rescisión parcial en relación con los miembros del lote de la cláusula 113. Siendo así, tanto para la rescisión unilateral del Contrato por parte de Itaipu como para la rescisión parcial del Lote, la posibilidad de rescisión quedará a discreción de Itaipu. ¿Existe algún criterio objetivo al respecto?

RESPUESTA

Aclaremos que la opción de rescisión unilateral del contrato en caso de recuperación judicial del CONTRATISTA tiene su génesis en la prescripción del art. 49, párrafo único, de la Norma General de Licitaciones (NGL), siendo su ejercicio una decisión discrecional del administrador de la ITAIPU, con base en la justificación de conveniencia y oportunidad.

PREGUNTA 12

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 60 a 63 Cláusulas 110 y 113. CLÁUSULA 110. El presente Contrato puede ser rescindido unilateralmente por ITAIPU... La hipótesis de rescisión por parte de ITAIPU en casos de recuperación judicial está prevista en la cláusula 110 de la Minuta de Contrato - rescisión unilateral por ITAIPU. Se concluye que la posibilidad de rescisión quedará a criterio de Itaipu. Cuando ITAIPU decide mantener el Contrato, según lo dispuesto en la cláusula 110 § 2, ITAIPU está autorizada a mantener el Contrato, pudiendo asumir, mediante negociación, el control de determinadas actividades de servicios esenciales. Se pregunta ¿cómo asumirá ITAIPU el Contrato? ¿Itaipu asumirá las actividades de servicios esenciales del Contrato o del lote que se encuentra en recuperación judicial? ¿Con quién se negociará? ¿Qué se consideran servicios

demais serviços não essenciais?"

RESPOSTA

Esclarecemos que a faculdade estabelecida na Cláusula 110, § 2º, da Minuta de Contrato, caso utilizada, compreenderá a parcela do escopo sob responsabilidade do integrante do consórcio que esteja em recuperação judicial. No mais, ressaltamos que é impossível delimitar, de antemão, como ocorrerá eventual exercício, pela ITAIPU, da referida faculdade, de modo que a forma de exercício e os seus efeitos somente poderão ser avaliados no caso concreto.

PERGUNTA 13

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 61 e 62 Cláusula 111 - § 1º ...a ITAIPU pagará ao CONTRATADO a fatura relativa aos fornecimentos entregues e/ou serviços executados até a data da rescisão, deduzidas as eventuais multas e/ou débitos do CONTRATADO.... Considerando que a rescisão é decorrente de paralisação da execução dos serviços por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos por exclusiva responsabilidade de ITAIPU, entende-se que ITAIPU deverá pagar também, conforme valores indicados na planilha de Preços, os MATERIAIS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS já executados/despachados pela CONTRATADA até a data do recebimento da notificação de rescisão, os materiais e equipamentos prontos para entrega que sejam parte do FORNECIMENTO, já encomendados pela CONTRATADA ou em processo de importação ou fabricação, seja na CONTRATADA, seja nas suas subcontratadas, bem como os materiais, serviços e equipamentos encomendados pela CONTRATADA a terceiros que não possam ser cancelados até o último dia antes do envio, pela CONTRATADA, da notificação de rescisão."

RESPOSTA

Esclarecemos que o pagamento das atividades de execução do Contrato é garantido pelo prescrito no subitem 7.4, marcador "II", da Instrução de Procedimentos IP-18, instrumento normativo que detalha a disciplina do tema "rescisão", prevista na Norma Geral de Licitação (NGL) da ITAIPU. Segundo o referido dispositivo da IP-18, "quando a rescisão ocorrer com base

essenciais? ¿Cómo son los demás servicios no esenciales?

RESPUESTA

Aclaremos que la opción establecida en la Cláusula 110, § 2, de la Minuta de Contrato, si se utiliza, comprenderá la porción del alcance bajo la responsabilidad del miembro del consorcio que se encuentra en proceso de recuperación judicial. Además, destacamos que es imposible acotar, de antemano, cómo se producirá cualquier ejercicio, por parte de ITAIPU, de la facultad antes mencionada, por lo que la forma de ejercicio y sus efectos solo podrán ser valorados en el caso concreto.

PREGUNTA 13

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 61 y 62 Cláusula 111 - Párrafo 1º ...ITAIPU pagará al CONTRATISTA la factura por los suministros y/o servicios entregados realizados hasta la fecha de rescisión, menos las multas y/o deudas del CONTRATISTA.... Considerando que la rescisión es resultado de la paralización de la ejecución de los servicios por un período superior a 30 (treinta) días calendario bajo la exclusiva responsabilidad de ITAIPU, se entiende que ITAIPU deberá pagar también, de acuerdo con los valores indicados en la Planilla de Precios, los MATERIALES, SERVICIOS y EQUIPOS ya ejecutados/despachados por el CONTRATISTA hasta la fecha de recepción del aviso de rescisión, los materiales y equipos listos para la entrega que forman parte del SUMINISTRO, ya solicitados por el CONTRATISTA o en proceso de importación o fabricación, ya sea con el CONTRATISTA o con sus subcontratistas, así como los materiales, servicios y equipos encargados por el CONTRATISTA a terceros que no podrán ser cancelados hasta el último día antes del envío, por el CONTRATISTA, sobre la notificación de rescisión.

RESPUESTA

Aclaremos que el pago de las actividades de ejecución del contrato está garantizado por lo prescrito en el inciso 7.4, marcador II, de la Instrucción de Procedimientos IP-18, instrumento normativo que detalla la disciplina del tema de rescisión, previsto en la Norma General de Licitaciones (NGL) de ITAIPU. De acuerdo con la citada disposición IP-18, cuando

na suspensão da execução do instrumento contratual, por ordem da ITAIPU, ou por ocorrência comprovada de caso fortuito ou de força maior, o CONTRATADO terá direito a [...] pagamentos devidos pela execução do instrumento contratual até a data a rescisão". As atividades de execução cujo pagamento é garantido pelo referido dispositivo legal serão apuradas em eventual caso concreto.

PERGUNTA 14

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 52 Cláusula 93(A), §2º Para cada elemento substituído ou reparado, ser-lhe-á atribuído um novo período de 36 (trinta e seis) meses de garantia, contado a partir da data de reinstalação da peça e entrada em serviço do componente ou equipamento novo ou reparado. (...)

Entende-se, portanto, que para cada elemento substituído ou reparado, haverá apenas 1 (um) novo período de 36 (trinta e seis) meses de garantia, contado a partir da data de reinstalação da peça e entrada em serviço do componente ou equipamento novo ou reparado. Favor confirmar entendimento."

RESPOSTA

Entendimento incorreto. Esclarecemos que, caso haja a necessidade de substituição ou reparo de equipamento e/ou sistema que esteja dentro do novo período de 36 meses de garantia, estabelecido no § 2º da Cláusula 93(A), ser-lhe-á atribuído mais um novo período de garantia de 36 meses. A prorrogação de garantia prevista no § 2º da Cláusula 93(A) ocorrerá até que o equipamento e/ou sistema substituído ou reparado complete o período de 36 meses em perfeito funcionamento e desempenho, sem necessidade de substituição.

PERGUNTA 15

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 CAPÍTULO XXVII 63 CLÁUSULA 113, §1º. "§ 1º A rescisão de que trata esta Cláusula implicará as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto deste Contrato, nas condições em que se encontrar, por parte da ITAIPU, que poderá, a seu critério, direta ou indiretamente, dar continuidade à sua execução;

la rescisión se produzca con base en la suspensión de la ejecución del instrumento contractual, por orden de ITAIPU, o por ocurrencia probada de imprevistos o fuerza mayor, el CONTRATISTA tendrá derecho a [...] pagos adeudados por la ejecución del instrumento contractual hasta la fecha de rescisión. Las actividades de ejecución cuyo pago esté garantizado por dicha disposición legal se determinarán en un caso concreto.

PREGUNTA 14

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 52 Cláusula 93 (A), §2

Por cada elemento reemplazado o reparado, se le otorgará un nuevo período de 36 (treinta y seis) meses de garantía, a contar desde la fecha de reinstalación de la pieza y puesta en operación del componente o equipo nuevo o reparado. (...)

Se entiende, por lo tanto, que por cada elemento reemplazado o reparado, solo existirá 1 (un) nuevo período de 36 (treinta y seis) meses de garantía, contados desde la fecha de reinstalación de la pieza y entrada en operación del componente o equipo nuevo o reparado. Favor confirmar entendimiento.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. Aclaremos que si existe la necesidad de reemplazo o reparación de equipo y/o sistema que se encuentre dentro del nuevo período de garantía de 36 meses, establecido en el Párrafo 2 de la Cláusula 93 (A), se le asignará otro nuevo período de garantía de 36 meses. La prórroga de garantía prevista en el Párrafo 2 de la Cláusula 93 (A) ocurrirá hasta que el equipo y/o sistema reemplazado o reparado complete el período de 36 meses en perfecto funcionamiento y desempeño, sin necesidad de reemplazo.

PREGUNTA 15

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 CAPITULO XXVII 63 CLAUSULA 113, §1. § primero. La rescisión a que se refiere esta Cláusula tendrá las siguientes consecuencias:

- a) Asunción inmediata del objeto de este Contrato, en las condiciones en que se encuentra, por parte de ITAIPU, que podrá, a su criterio, directa o indirectamente, dar continuidad a su ejecución;
- b) aplicación de multa compensatoria, en los

b) aplicação de multa compensatória, nos termos do Capítulo XXV;
c) cobrança dos valores das multas e das indenizações devidas;
d) dedução dos valores eventualmente devidos aos integrantes do Lote até o limite dos prejuízos causados à ITAIPU ou a terceiros e para fazer frente às multas aplicadas;
e) instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do Cadastro de Fornecedores da ITAIPU contra os integrantes do consórcio afetados. "

"Minuta de Contrato - No CAPÍTULO XXVII, RESCISÃO DO CONTRATO, Seção IV - Rescisão parcial com relação aos integrantes de Lote, CLÁUSULA 113, §1º. No que se refere à rescisão parcial com relação aos integrantes de Lote, entende-se que as consequências descritas nas letras "b", "c", "d" e "e" do §1º da cláusula 113 da Minuta de Contrato serão aplicáveis única e exclusivamente ao lote que tiver dado causa à rescisão e que este lote será integralmente responsável pelo cumprimento de tais consequências. Favor confirmar entendimento."

RESPOSTA

Entendimento correto. Favor reportar-se às respostas das perguntas 216 e 217 do Aditamento 12.

PERGUNTA 16

"ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 Lote 1 - - Geral. Considerando que não podemos prever as consequências dos impactos do COVID-19 na execução do Empreendimento que ao tempo da entrega da Proposta Comercial não fossem conhecidas, entendemos que em caso de comprovado impacto do COVID-19 no fornecimento para o Empreendimento, as partes irão negociar novos prazos de entrega, assim como não estarão sujeitas às aplicações de multas por atraso ou quaisquer outras consequências. Gentileza confirmar se nosso entendimento está correto."

RESPOSTA

Esclarecemos que os prazos contratuais são passíveis de prorrogação desde que comprovada a ocorrência de fato que se enquadre em uma das hipóteses elencadas na Norma Geral de Licitação (NGL) autorizadoras da prorrogação do prazo de execução, conforme

términos del Capítulo XXV;

c) cobro de multas e indemnizaciones adeudadas;

d) deducción de los valores eventualmente adeudados a los integrantes del Lote hasta el límite de los perjuicios ocasionados a la ITAIPU o a terceros y para hacer frente a las multas aplicadas;

e) inicio del trámite administrativo para aplicación de la sanción de suspensión del Catastro de Proveedores de ITAIPU contra los miembros del consorcio afectados.

Minuta de Contrato - En el CAPITULO XXVII, RESCISIÓN DEL CONTRATO, Sección IV - Rescisión parcial con respecto a los miembros del Lote, CLAUSULA 113, §1. En cuanto a la rescisión parcial en relación a los integrantes del Lote, se entiende que las consecuencias descritas en las letras b, c, y d del §1 de la cláusula 113 de la Minuta de Contrato se aplicarán única y exclusivamente al lote que haya dado lugar a la rescisión y que este lote será plenamente responsable del cumplimiento de tales consecuencias. Favor confirmar entendimiento.

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Favor remitirse a las respuestas de las preguntas 216 y 217 del Aditivo 12.

PREGUNTA 16

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Lote 1 - - General. Considerando que no podemos predecir las consecuencias de los impactos de COVID-19 en la ejecución del emprendimiento que al momento de la entrega de la Oferta Comercial no se conocían, entendemos que en caso de impacto comprobado de COVID-19 en el suministro al emprendimiento, las partes negociarán nuevos plazos de entrega, y no estará sujeto a la aplicación de recargos por mora ni a ninguna otra consecuencia.

Favor confirmar si nuestro entendimiento está correcto.

RESPUESTA

Aclaremos que los términos contractuales están sujetos a prórroga siempre que se acredite la ocurrencia de un hecho que se encuadre en alguna de las hipótesis enumeradas en la Norma General de Licitación (NGL) que autoriza la prórroga del plazo de ejecución, según se regula

expressamente disciplinado na Cláusula 17, §§ 2º e 4º, da Minuta de Contrato.

PERGUNTA 17

"Resposta 237 do Aditamento 12 -
- - "PERGUNTA: ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Capítulo XIX - Seção V Cláusula 71 b) - Confirmar que todas as filiais atreladas ao CNPJ da Contratada estão autorizadas e serão aceitas como emissoras de Nota Fiscal.

RESPOSTA: Caso a indagação da consulente seja no sentido de referir-se à possibilidade de emissão de documento fiscal pela matriz ou sua(s) filial(is), está correto o entendimento. Não obstante, deve-se considerar a legislação tributária/fiscal aplicável à operação, e os serviços devem ser prestados, faturados, com notas fiscais emitidas por estabelecimentos com CNPJ da INTEGRANTE DO CONSÓRCIO CONTRATADO estabelecida no Brasil (matriz ou filial), devidamente habilitados/cadastrados segundo normas da ITAIPU, previstas no certame." Com base na resposta dada à pergunta 237 e ainda assegurando o que fora esclarecido com a resposta número 10 do Aditamento 4 da Fase I (Pré-Qualificação), entendemos que ao afirmar que os serviços devem ser prestados, faturados, com notas fiscais emitidas por estabelecimentos com o CNPJ da INTEGRANTE DO CONSÓRCIO CONTRATADO, Itaipu quer dizer que somente serão aceitos documentos fiscais gerados sob quaisquer CNPJ, já existente ou a ser constituído, com o mesmo número da inscrição / raiz do CNPJ da INTEGRANTE DO CONSÓRCIO CONTRATADO, ou seja, CNPJ onde os 8 (oito) primeiros dígitos sejam iguais aos do CNPJ da INTEGRANTE DO CONSÓRCIO CONTRATADO. Favor confirmar nosso entendimento."

RESPOSTA

Entendimento correto. Entretanto, conforme realçado na resposta à pergunta 10 do Aditamento 4 da Fase 1, deverá a integrante do Consórcio CONTRATADO, na fase de execução contratual (antes do fornecimento e/ou serviço), apresentar ao Cadastro de Fornecedores da ITAIPU documentos complementares comprovando a regularidade fiscal de cada uma das filiais utilizadas no fornecimento e/ou serviço que não tenham sido habilitadas na Fase 1 (pré-qualificação deste certame).

expresamente en la Cláusula 17, §§ 2 º y 4º, de la Minuta de Contrato.

PREGUNTA 17

Respuesta 237 del Aditivo 12 - - - PREGUNTA: ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Capítulo XIX - Sección V Cláusula 71

b) - Favor confirmar que todas las sucursales vinculadas al CNPJ del Contratista están autorizadas y serán aceptadas como emisoras de facturas.

RESPUESTA: Caso la indagación del consultante sea en el sentido de referirse a la posibilidad de emitir un documento fiscal por parte de la casa matriz o su (s) filiales (s), el entendimiento es correcto. Sin embargo, se debe considerar la legislación tributaria/fiscal aplicable a la operación, y los servicios deben ser prestados, facturados, con facturas emitidas por establecimientos con CNPJ del CONSORCIO CONTRATADO establecido en Brasil (casa matriz o sucursal), debidamente autorizado/registrado de acuerdo con las normas de ITAIPU, previstas en la licitación.

Con base en la respuesta dada a la pregunta 237 y además asegurando lo aclarado con la respuesta número 10 del Aditivo 4 de la Fase I (Precalificación), entendemos que al indicar que los servicios deben ser prestados, facturados, con facturas emitidas por Establecimientos con el CNPJ del MIEMBRO DEL CONSORCIO CONTRATADO, Itaipu significa que solo se aceptarán documentos tributarios generados bajo cualquier CNPJ, ya existente o por constituir, con el mismo número de registro/raíz del CNPJ del MIEMBRO DEL CONSORCIO CONTRATADO, es decir CNPJ donde los 8 (ocho) primeros dígitos son iguales al CNPJ del MIEMBRO DEL CONSORCIO CONTRATADO. Favor confirmar nuestro entendimiento.

RESPUESTA

Entendimiento correcto. Sin embargo, conforme se resalta en la respuesta de la pregunta 10 del Aditivo 4 de la Fase 1, la integrante del Consorcio Contratado deberá, en la fase de ejecución contractual (antes del suministro y/o servicio), presentar al Catastro de Proveedores de la ITAIPU documentos complementarios comprobando la regularidad fiscal de cada una de las filiales utilizadas en el suministro y/o servicio que no hayan sido habilitadas en la Fase 1 (precalificación de este certamen).

PERGUNTA 18

"_AF 2021-18 Aditamento 13 CAPÍTULO XII
26 38 "CLÁUSULA 38

Cada VENCEDOR DOS LOTES 2 E 3 deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de emissão da Ordem de Início de Execução (OIE), para a empresa líder do consórcio vencedor do Lote 1, garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços (Performance Bond), correspondente a 10% (dez por cento) do valor de sua respectiva proposta comercial."

"Solicitamos que as Garantias Financeiras da cláusula 38 referente aos Lotes 2 e 3 tenham como Beneficiária a ITAIPU, que somados as Garantias Financeiras do Lote 1 contemplarão a totalidade garantida pelos Lotes vencedores.

Desta maneira não haverá oneração de crédito da Líder do Lote 1 no mercado." "

RESPOSTA

Pedido indeferido. A apresentação das Garantias constantes da Seção VI - Garantias financeiras, referem-se à totalidade do empreendimento, observando-se a CLÁUSULA 85, onde o CONTRATADO (INTEGRANTE LÍDER DO CONSÓRCIO CONTRATADO) é responsável pela apresentação das Garantias à ITAIPU.

As Garantias da Seção VIII - Garantias Complementares dos Lotes 2 e 3 para a empresa LÍDER, devem ter como Beneficiária a empresa líder do consórcio vencedor do Lote 1.

PERGUNTA 19

"_AF 2021-18 Aditamento 13 CAPÍTULO XXVII
61 / 62 111 "CLÁUSULA 111

Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATADO, de pleno direito, se a ITAIPU, por sua exclusiva responsabilidade, paralisar totalmente a execução do fornecimento ou dos serviços, por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra."

Solicitamos que seja incluso no texto que o CONTRATADO poderá rescindir o Contrato, de pleno direito, se a ITAIPU por sua exclusiva responsabilidade suspender os pagamentos sobre os eventos aferidos e devidos por prazo

PREGUNTA 18

_AF 2021-18 Aditivo 13 CAPÍTULO XII 26
38 CLÁUSULA 38

Cada GANADOR DE LOS LOTES 2 Y 3 deberá presentar, en un plazo de hasta 30 (treinta) días calendario a partir de la fecha de emisión de la Orden de Inicio de Ejecución (OIE), a la empresa líder del consorcio ganador del Lote 1, garantía de Construcción, de Suministro o de Fianza de Cumplimiento (Performance Bond), correspondiente al 10% (diez por ciento) del valor de su respectiva Oferta Comercial.

Solicitamos que las Garantias Financieras de la cláusula 38 referidas a los Lotes 2 y 3 tengan como Beneficiario a ITAIPU, que sumadas a las Garantias Financieras del Lote 1 incluirán la totalidad garantizada por los Lotes ganadores.

De esta manera, no habrá cargas crediticias para el líder del Lote 1 en el mercado.

RESPUESTA

Pedido denegado. La presentación de las Garantias que constan en la Sección VI - Garantias Financieras, se refieren a la totalidad del emprendimiento, observándose la Cláusula 85, donde el CONTRATISTA (INTEGRANTE LÍDER DEL CONSORCIO CONTRATADO) es responsable por la presentación de las Garantias a la ITAIPU.

Las Garantias de la Sección VIII - Garantias Complementarias de los Lotes 2 y 3 para la empresa LÍDER, deben tener como beneficiaria a la empresa líder del consorcio vencedor del Lote 1.

PREGUNTA 19

_AF 2021-18 Aditivo 13 CAPÍTULO XXVII 61 / 62
111 CLÁUSULA 111

Este Contrato podrá ser rescindido unilateralmente por el CONTRATISTA, de pleno derecho, si ITAIPU, por su exclusiva responsabilidad, paraliza totalmente la ejecución del suministro o servicios, por un plazo superior a 30 (treinta) días calendario, salvo en caso de calamidad pública, grave alteración del orden interior o guerra.

Solicitamos que se incluya en el texto que el CONTRATISTA podrá rescindir el Contrato, en pleno derecho, si ITAIPU, por su exclusiva responsabilidad, suspende los pagos de los eventos evaluados y adeudados por un plazo

superior a 30 dias. ”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A hipótese de rescisão postulada não encontra guarida no art. 49 da Norma Geral de Licitação (NGL).

PERGUNTA 20

“ANEXI VII - MINUTA DE CONTRATO XIX 43 CLÁUSULA 68 A data-base econômica correspondente a este Contrato é DD/MM/AAAA. Considerando o tempo que será necessário para que as empresas e/ou consórcios vencedores dos três lotes se componham em um único consórcio para posterior assinatura de contrato com a Itaipu Binacional, solicitamos que seja definida como data base econômica do contrato a data na qual serão entregues as propostas e não a de assinatura do contrato.

RESPOSTA

Esclarecemos que a data-base econômica, prevista na Cláusula 68 da Minuta de Contrato, será a data de recepção das propostas comerciais.

PERGUNTA 21

“” ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITAMENTO 13 ” “Seção V - Confidencialidade CAPÍTULO XXIX PUBLICIDAD ” Pág. 20 e 64 Clausula 27 e 115 ”CLÁUSULA 27 Todas as informações da ITAIPU a que o CONTRATADO tiver acesso, forem fornecidas pela ITAIPU e/ou tomar conhecimento por qualquer forma em decorrência da execução do objeto deste Contrato, são e serão tratadas como confidenciais. Isto é, o CONTRATADO obriga-se a manter absoluto sigilo de todas as informações obtidas em razão ou para a execução deste Contrato, estando, portanto, proibida de divulgá-las, transmiti-las, disseminá-las, disponibilizá-las, direta ou indiretamente, por qualquer meio que seja, conhecido ou que venha a ser inventado, a quem quer que seja, salvo no caso de específica autorização escrita da ITAIPU.

CAPÍTULO XXIX PUBLICIDAD - CLÁUSULA 115 Todas las informaciones relativas a cualquier aspecto de la ejecución del presente Contrato, sólo podrá ser llevadas a conocimiento de terceros por el CONTRATISTA, inclusive por

superior a 30 días.

RESPUESTA

Solicitud rechazada. La hipótesis de rescisión postulada no está garantizada en el art. 49 de la Norma General de Licitaciones (NGL).

PREGUNTA 20

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO XIX 43 CLÁUSULA 68 La fecha-base económica correspondiente a este Contrato es DD/MM/AAAA. Considerando el tiempo que será necesario para que las empresas ganadoras y/o consorcios de los tres lotes se reúnan en un solo consorcio para la posterior firma del contrato con la Itaipu Binacional, solicitamos que la fecha en la que se entregarán las ofertas se defina como la fecha base económica del contrato y no la firma del contrato.

RESPUESTA

Aclaremos que la fecha base económica, prevista en la Cláusula 68 de la Minuta de Contrato, será la fecha de recepción de las Ofertas Comerciales.

PREGUNTA 21

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO - ADITIVO 13 Sección V - Confidencialidad CAPÍTULO XXIX PUBLICIDAD Pág. 20 y 64 Cláusula 27 y 115 CLÁUSULA 27 Toda la información de ITAIPU a la que tenga acceso el CONTRATISTA, ya sea proporcionada por ITAIPU y/o de la cual venga a tener conocimiento de cualquier forma como resultado de la ejecución del objeto de este Contrato, es y será tratada como confidencial. Es decir, el CONTRATISTA se compromete a mantener la absoluta confidencialidad de toda la información obtenida como resultado o para la ejecución de este Contrato, por lo que tiene prohibido divulgar, transmitir, difundir, poner a disposición, directa o indirectamente, por cualquier medio, conocido o a inventar, a cualquiera que sea, salvo autorización expresa por escrito de ITAIPU.

CAPÍTULO XXIX PUBLICIDAD - CLÁUSULA 115 Toda la información relativa a cualquier aspecto de la ejecución de este Contrato, sólo podrá ser puesta en conocimiento de terceros por el CONTRATISTA, incluso mediante publicidad,

medio de publicidad, después de la expresa autorización, por escrito, de la ITAIPU. "

As informações providas pelo CONTRATADO no contexto do CONTRATO são comercialmente sensíveis e tecnicamente relevantes. Por este motivo, os contratos de EPC costumam incluir cláusulas de confidencialidade bilaterais, incluindo todas as informações providas pelo Contratado ao Contratante e pelo Contratante ao Contratado. Entendemos que as obrigações de sigilo da cláusula 27 e de anuência prévia para divulgação para terceiros da cláusula 115 também valem para informações originalmente providas pelo CONTRATADO e que Itaipu for disponibilizar para terceiros não envolvidos na operação da Usina hidrelétrica. Gentileza confirmar nosso entendimento"

RESPOSTA

Entendimento incorreto. A obrigação de confidencialidade, prevista na Cláusula 27 e seguintes da Minuta de Contrato, e a limitação à publicidade, disciplinada na Cláusula 115, direcionam-se apenas ao CONTRATADO.

PERGUNTA 22

"Anexo VII - Minuta de Contrato (Aditamento 12) Clausula 46 37 d)

"CLÁUSULA 46 O CONTRATADO deverá fornecer apenas produtos por ele fabricados, ou fabricados por grupo econômico do qual seja integrante, para os seguintes sistemas:

a) sistema digital de regulação e excitação estática; b) sistema digital de regulação de velocidade; c) sistema digital de supervisão e controle distribuído, completo com todos os equipamentos e software; e d) sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA), completo com todos os equipamentos e software." Considerando a Cláusula 46 do Anexo VII (Minuta do Contrato) solicitamos alterar o item d) para "software aplicativo do sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA)", já que os grupos econômicos que fornecem este sistema não fabricam hardware nem software de sistemas operativos e de suporte (servidor, workstation, windows, anti-virus, base de dados SQL, etc.) "

RESPOSTA

Pedido deferido. A alínea "d" da Cláusula 46 da

después de la autorización expresa y por escrito de ITAIPU.

La información proporcionada por el CONTRATISTA en el contexto del CONTRATO es comercialmente sensible y técnicamente relevante. Por esta razón, los contratos de EPC a menudo incluyen cláusulas bilaterales de confidencialidad, incluida toda la información proporcionada por el Contratista al Contratante y por el Contratante al Contratista. Entendemos que las obligaciones de confidencialidad de la cláusula 27 y de la anuencia previa para la divulgación a terceros de la cláusula 115 también se aplican a la información originalmente proporcionada por el CONTRATISTA y que Itaipu pondrá a disposición de terceros no involucrados en la operación de la central hidroeléctrica. Favor confirmar nuestro entendimiento.

RESPUESTA

Entendimiento incorrecto. La obligación de confidencialidad, prevista en la Cláusula 27 y siguientes de la Minuta de Contrato, y la limitación a la publicidad, disciplinada en la Cláusula 115, se aplican únicamente al CONTRATISTA.

PREGUNTA 22

Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO (Aditivo 12) Cláusula 46 37 d) CLÁUSULA 46

El CONTRATISTA suministrará únicamente productos por él fabricados, o fabricados por un grupo económico del que sea miembro, para los siguientes sistemas:

a) Sistema digital de regulación y excitación estática; b) sistema de regulación de velocidad digital; c) sistema digital de supervisión y control, completo con todo los equipos y software; y d) sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA), completo con todos los equipos y software.

Considerando la Cláusula 46 del Anexo VII (Minuta de Contrato) solicitamos cambiar el ítem d) por software de aplicación del sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA), ya que los grupos económicos que suministran este sistema no fabrican hardware ni software de sistemas operativos y de soporte (servidor, estación de trabajo, Windows, antivirus, base de datos SQL, etc.)

RESPUESTA

Solicitud aceptada. El ítem "d" de la Cláusula 46

Minuta de Contrato será alterada conforme abaixo:

DE:

"sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA), completo com todos os equipamentos e software."

PARA:

"software aplicativo do sistema de supervisão, controle e aquisição de dados (SCADA)."

Adicionalmente, ITAIPU disponibiliza a Minuta de Contrato alterada no item II deste Aditamento.

PERGUNTA 23

"Anexo VII - Minuta do Contrato I
6 Parágrafo único. É de total responsabilidade do CONTRATADO a execução integral do objeto deste contrato, incluindo, além de todas as etapas já citadas, a colocação em serviço e operação assistida de todos os equipamentos necessários para a perfeita implementação da atualização tecnológica objeto desta contratação,

A fim de não gerar dúvidas, entendemos que o termo "operação assistida" refere-se ao termo "ensaio de disponibilidade", que terá duração de 30 dias corridos, supervisão local, e que deverá ser aplicado somente para os subsistemas de nível 2 (SDSC da GIS, UGs e Serviços Auxiliares) e ao sistema SCADA/EMS nível 3. Favor confirmar.

XX 55 "CLÁUSULA 90 Antes de se proceder à respectiva aceitação provisória, cada equipamento e/ou sistema, após a sua instalação e comissionamento, será(ão) submetido(s) a um ensaio de disponibilidade, na forma prevista nas Especificações Técnicas.

§ 1º O ensaio de disponibilidade tem como objetivo demonstrar o funcionamento correto e sem falhas dos equipamentos e terá uma duração de 30 (trinta) dias corridos. Esse ensaio terá a supervisão do CONTRATADO." "

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto. O procedimento de aceitação dos equipamentos e sistemas do fornecimento deve atender ao "Capítulo XX" da Minuta de Contrato. O Ensaio de Disponibilidade é aplicável a todos os equipamentos, componentes e acessórios do

de la Minuta del Contrato será alterado conforme abajo:

DE:

"sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA), completo con todos los equipos y software"

PARA:

"software aplicativo del sistema de supervisión, control y adquisición de datos (SCADA)."

Adicionalmente, ITAIPU pone a disposición la Minuta de Contrato modificada, conforme al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 23

Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO I 6 Párrafo único.

El CONTRATISTA es plenamente responsable de la plena ejecución del objeto de este contrato, incluyendo, además de todos los trámites ya mencionados, la puesta en operación y operación asistida de todos los equipos necesarios para la perfecta implementación de la actualización tecnológica objeto de este contrato,

Para evitar dudas, entendemos que el término operación asistida se refiere al término prueba de disponibilidad, que tendrá una duración de 30 días calendario, supervisión local, y que solo deberá aplicarse a subsistemas de nivel 2 (GIS SDSC, y Servicios Auxiliares) y el nivel 3 del sistema SCADA/EMS. Favor confirmar.

XX 55 CLÁUSULA 90

Antes de proceder a la respectiva aceptación provisoria, cada equipo y/o sistema, luego de su instalación y puesta en servicio (comisionamiento), será (serán) sometido/s a un ensayo de disponibilidad, según lo dispuesto en las Especificaciones Técnicas.

§ 1 El ensayo de disponibilidad tiene como objetivo demostrar el correcto e impecable funcionamiento del equipo y tendrá una duración de 30 (treinta) días calendario. Este ensayo será supervisado por el CONTRATISTA.

RESPUESTA

Entendimiento parcialmente correcto. El procedimiento para aceptación de los equipos y sistemas debe atender al "Capítulo XX" de la Minuta del Contrato. El Ensaio de Disponibilidade se aplica a todos los equipos, componentes y accesorios del suministro, conforme establecido

fornecimento, conforme estabelecido na Cláusula 90 da Minuta de Contrato e no item 16 da Especificação Técnica Geral 6047-20-T0018-P.

PERGUNTA 24

“6047-20-T0018-P 39-49 & 60-61 6 & 8
WORKSTATEMENT “É importante que a IB determine razoavelmente as responsabilidades correspondentes a cada um dos sócios da CONTRATADA (Lote I - II - II), para cada uma das atividades relacionadas à Gestão. É claro que as responsabilidades da Gestão são diferentes para cada um dos membros dos diferentes lotes e para delimitar ditas responsabilidades, antes da constituição de um Consórcio, solicitamos que sejam estabelecidos critérios para circunscrever responsabilidades.

ANEXO VII - Minuta de Contrato XIII 32
Cláusula 45 “DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O LOTE 1

a) coordenar e executar, em conjunto com o Lote 2 e o Lote 3, o Planejamento Executivo, Work Statements e os Planos de Execução;”

RESPOSTA

A ITAIPU esclarece que as responsabilidades referentes a cada LOTE estão definidas no ANEXO VI - Matriz de Responsabilidades. A organização interna e definições de responsabilidades adicionais referentes ao Consórcio devem ser acordadas entre as partes em instrumento adequado, não cabendo a ITAIPU regulamentar tal questão.

PERGUNTA 25

“ANEXO VII - Minuta de Contrato Capítulo X - Seção I 12 Cláusula 18 CLÁUSULA 18 Os fornecimentos previstos no Lote 1 deverão ser entregues em depósitos localizados na cidade de Foz de Iguaçu - Paraná-Brasil, e os fornecimentos previstos no Lote 2 deverão ser entregues em depósitos localizados na cidade de Hernandarias- Alto Paraná-Paraguai. Esses depósitos são externos à Usina?

RESPOSTA

Não. Esclarecemos que os locais de entrega, previstos na Cláusula 18 da Minuta de Contrato, ficarão localizados no interior da Usina Hidrelétrica de Itaipu (UHI).

en la Cláusula 90 de la Minuta del Contrato y en el ítem 16 de la Especificación Técnica General 6047-20-T0018-E.

PREGUNTA 24

6047-20-T0018-E 39-49 & 60-61 6 & 8
WORKSTATEMENT

Es importante que IB determine razonablemente las responsabilidades, correspondientes a cada uno de los integrantes del “CONTRATISTA” (Lote I - II - II), para cada una de las actividades relacionadas con la “Gestión”

Es claro que las responsabilidades de la “Gestión” son diferentes para cada uno de los integrantes de los diferentes lotes y para poder acotar estas responsabilidades, previamente a la formación de un “Consortio”, solicitamos se establezcan “criterios” para delimitar responsabilidades”

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO XIII 32
Cláusula 45 DISPOSICIONES ESPECÍFICAS PARA EL LOTE 1

a) coordinar y realizar, conjuntamente con el Lote 2 y el Lote 3, la Planificación Ejecutiva, Work Statements y los Planes de Ejecución;

RESPUESTA

La ITAIPU aclara que las responsabilidades referentes a cada LOTE están definidas en el ANEXO VI - Matriz de Responsabilidades. La organización interna y definiciones de responsabilidades adicionales referentes al Consorcio deben ser acordadas entre las partes en instrumento adecuado, no cabiendo a ITAIPU reglamentar tal cuestión.

PREGUNTA 25

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO Capítulo X - Sección I 12 Cláusula 18 CLÁUSULA 18 Los suministros previstos en el Lote 1 deben ser entregados en depósitos ubicados en la ciudad de Foz de Iguaçu - Paraná-Brasil, y los suministros previstos en el Lote 2 deben ser entregados en depósitos ubicados en la ciudad de Hernandarias- Alto Paraná-Paraguay. ¿Estos depósitos son externos a la Central Hidroeléctrica?

RESPUESTA

No. Aclaramos que los lugares de entrega, previstos en la Cláusula 18 de la Minuta de Contrato, estarán ubicados dentro de la Central Hidroeléctrica de ITAIPU (CHI).

PERGUNTA 26

Anexo VII - Minuta de Contrato Capítulo XII 25
Cláusula 42 - § 1º - XI o seguro de
caução/garantia deve constar de apólice única
para cada lote, contratada no mercado
paraguaio e/ou brasileiro, e as condições das
apólices devem ser aprovadas pela empresa
líder do consórcio, quanto ao seu conteúdo e
validade, com apresentação prévia de proposta
a ser emitida por seguradoras; e Considerando
que a apólice pode ser contratada em qualquer
um dos mercados (paraguaio ou brasileiro),
entendemos que caso seja contratada no
mercado paraguaio, não será obrigatória a
contratação de "fronting" da mesma no Brasil.
“

RESPOSTA

Entendimento correto. Não será obrigatório
contratar "Fronting" no Brasil.

PERGUNTA 27

"Minuta de Contrato. Aditamento 13 "" Capítulo
XIX - Disposições Financeiras "40 -" Seção I
Preços - Cláusula 64 - 1" "Os preços, em
reais (R\$) e guaranis (G.), a serem praticados
neste contrato, resultam da conversão dos
valores, apresentados em dólares norte-
americanos (US\$), estabelecidos nas Propostas
Comerciais, Anexos XII do este contrato.

.... a cotação comercial de fechamento do
dólar norte-americano, mercado livre
flutuante, utilizado para venda, referente a
dois dias úteis anteriores à data da sessão
pública de apresentação das Propostas
Comerciais."

É correta a interpretação de que o valor da
conversão da moeda da oferta para a moeda do
pagamento será congelado conforme indicado
na cláusula, independentemente do preço em
dólar à venda no fechamento do mercado livre
flutuante na data do faturamento? "

RESPOSTA

O entendimento aplicável é que, os valores em
reais (R\$) e guaranis (G.) resultam da
conversão estabelecida na Seção I - Preços do
Capítulo XIX, não tendo relação alguma com a
cotação do dólar na data de faturamento. O
valor do Contrato (valores da oferta já
convertidos) estará indexado às moedas locais

PREGUNTA 26

Anexo VII - Minuta de Contrato Capítulo XII
25 Cláusula 42 - § 1º - XI

El seguro de deposito/garantía debe consistir en
una póliza única para cada lote, contratada en
el mercado paraguayo y/o brasileño, y las
condiciones de las pólizas deben ser aprobadas
por la empresa líder del consorcio, en cuanto a
su contenido y vigencia, previa presentación de
propuesta a ser emitida por compañías de
seguros; y Considerando que la póliza se puede
contratar en cualquiera de los mercados
(Paraguay o Brasileño), entendemos que si se
contrata en el mercado paraguayo, no será
obligatorio contratar su fronting en Brasil.

RESPUESTA

Entendimiento correcto, no será obligatorio
contratar "Fronting" en el Brasil.

PREGUNTA 27

Minuta de Contrato. Aditivo 13 Capítulo XIX -
Disposiciones Financieras 40 - Sección I
Precios - Cláusula 64 - 1

Los precios, en reales (R\$) y guaraníes (Gs.), a
ser practicados en esta contratación, resultan
de la conversión de los valores, presentados en
dólares estadounidenses (US\$), establecidos en
las Ofertas Comerciales, Anexos XII del presente
Contrato.

.... la cotización comercial de cierre de la
cotización del dólar estadounidense, mercado
libre fluctuante, utilizada para la venta,
....referente a dos días hábiles anteriores a la
fecha de la sesión pública de presentación de
las Ofertas Comerciales.

¿Es correcta la interpretación de que el valor de
conversión de la moneda de la oferta a la
moneda de pago, quedará congelado según
indica la cláusula, independiente de la
cotización del dólar para la venta al cierre del
mercado libre fluctuante a la fecha de
facturación?

RESPUESTA

El entendimiento aplicable es que, los valores
en reales (R\$) y guaraníes (G.) resultan de la
conversión establecida en la Sección I - Precios,
del Capítulo XIX, no teniendo relación alguna
con la cotización del dólar en la fecha de
facturación. El valor del contrato (valores de la
oferta, ya convertidos) se convertirá a las

nacionais, submetidos às regras da Seção II – Reajuste de preços.

Adicionalmente, favor remeter-se à resposta da pergunta 74 do Aditamento 17.

PERGUNTA 28

"Minuta de Contrato. Aditamento 13 Capítulo XIX Disposições Financeiras "41" Seção II

Reajuste de Preços

Cláusula 65 - 2 - 1 "Fórmula de reajuste dos preços em guaranis. "Levando em consideração o objeto do contrato e as incertezas de longo prazo, bem como a particularidade da atualidade, solicitamos a reconsideração da fórmula de reajuste de preços em guaranis, incluindo variáveis com maior incidência em projetos de infraestrutura como o preço do combustível e o salário mínimo, estabelecido pelo Estado Paraguai.

Sugerimos a seguinte fórmula de reajuste de preços: $R = Pb [(0,40 IPCi/IPC_o + 0,30 Si/So + 0,30 Ci/Co) - 1]$ Onde:

R = reajuste do valor a ser pago;

Pb = valor básico do montante a ser pago;

CPI = "" Índice de Preços ao Consumidor - Área Metropolitana de Assunção "" - coluna "" Índice Geral "", emitido pelo "" Banco Central do Paraguai "", ou índice oficial que venha a substituí-lo;

S = Salários - Valor do salário mínimo mensal para as diversas atividades não especificadas ou valor do salário mínimo mensal da atividade correspondente, fixado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social ou índice oficial que vier a substituí-lo;

C = Combustível - Valor de um litro de óleo diesel vendido no varejo, fixado por Decreto do Poder Executivo da República do Paraguai, em vigor no Território Nacional ou o valor que vier a substituí-lo;

i = índice de sequenciamento "i" "refere-se ao 12º (décimo segundo) mês, 24º (vigésimo quarto) mês e assim sucessivamente, contados a partir da data-base econômica;

0 = índice de sequenciamento "0" "refere-se ao mês da data base econômica. "

RESPOSTA

Pedido indeferido. Entende-se que o IPC "Índice de Precios al Consumidor" já compreende a variação de custos que repercutirão em salários, pois é o índice utilizado como referência pelo governo

monedas nacionales locales, sujeto a las reglas de la Sección II - Reajuste de precios.

Adicionalmente, favor remitirse a la respuesta de la pregunta 74 del Aditivo 17.

PREGUNTA 28

Minuta de Contrato. Aditivo 13 Capítulo XIX Disposiciones Financieras " 41" Sección II

Reajuste de Precios

Cláusula 65 - 2 - 1" Fórmula de reajuste de precios en guaraníes. Teniendo en cuenta el objeto del contrato y las incertidumbres del largo plazo como de la particularidad de la actualidad, solicitamos la reconsideración de la fórmula de reajuste de precios en guaraníes, incluyendo variables con mayor incidencia en proyectos de infraestructura como son el precio del combustible y el salario mínimo, establecidos por el Estado Paraguayo.

Sugerimos la siguiente fórmula de reajuste de precios: $R = Pb [(0,40 IPCi/IPC_o + 0,30 Si/So + 0,30 Ci/Co) - 1]$ Donde:

R = reajuste del monto a pagar;

Pb = valor básico del monto a pagar;

IPC = "Índice de Precios al Consumidor - Área Metropolitana de Asunción" - columna "Índice General", emitido por el "Banco Central del Paraguay", o el índice oficial que venga a substituirlo;

S = Salarios - Valor del salario mínimo mensual para actividades diversas no especificadas o valor del salario mínimo mensual para la actividad correspondiente, fijados por el Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social o el índice oficial que venga a substituirlo;

C = Combustible - Valor de un litro de combustible diésel vendido al menudeo, fijado por Decreto del Poder Ejecutivo de la República del Paraguay, vigente en el territorio Nacional o el valor que venga a sustituirlo;

i = el índice de orden "i" se refiere al 12º (décimo segundo) mes, 24º (vigésimo cuarto) mes, y así sucesivamente, contados a partir de la fecha base económica;

0 = el índice de orden ""0"" se refiere al mes de la fecha-base económica.

RESPUESTA

Solicitud rechazada. Se entiende que el IPC "Índice de Precios al Consumidor" ya incluye la variación de costos que repercutirá en los salarios, ya que es el índice utilizado como referencia por el gobierno paraguayo cuando se

paraguaio quando reajusta o salário mínimo.

PERGUNTA 29

“Anexo VII - Minuta de Contrato, Capítulo XIX - Seção II, Página. 46, Cláusula 65 - § 2º - II, II) Para os valores convertidos para guaranis:

$$R = Pb [(IPCi / IPCo) - 1].$$

Tendo em vista o grande impacto que o custo da MÃO-DE-OBRA terá na execução dos Serviços de Desmontagem e Montagem Eletromecânica (LOTE 3), solicitamos que inclua na fórmula de reajuste um coeficiente de reajuste do referido componente de custo pelo índice oficial do Paraguai de reajuste do salário mínimo, conforme segue:

$$R = Pb [(0,4 IPC / IPCo + 0,60 S / So) - 1]$$

Onde:

R = reajuste do montante básico a ser pago;

Pb = montante básico a pagar;

CPI = "" Índice de Preços ao Consumidor - Área Metropolitana de Assunção "" - coluna "" Índice Geral "", emitido pelo "" Banco Central do Paraguai "", ou índice oficial que venha a substituí-lo;

S = Salário diário do trabalhador diário da Categoria "EDIFÍCIOS E OBRAS DE CONSTRUÇÃO" estabelecido pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social do Paraguai ou índice oficial que venha a substituí-lo;

i = índice de sequenciamento "i" "refere-se ao 12º (décimo segundo) mês, 24º (vigésimo quarto) mês e assim sucessivamente, contados a partir da data-base econômica;

0 = índice de sequenciamento "0" "refere-se ao mês da data base econômica."

RESPOSTA

Pedido indeferido. Entende-se que o IPC "Índice de Precios al Consumidor" já compreende a variação de custos que repercutirão em salários, pois é o índice utilizado como referência pelo governo paraguaio quando reajusta o salário mínimo.

PERGUNTA 30

“Anexo X - Esquema de Pagamentos, Geral. Solicitamos que um adiantamento de 10% do valor do contrato seja incluído no esquema de pagamento, para investimentos e mobilização no local.”

RESPOSTA

Pedido indeferido.

reajusta el salario mínimo legal.

PREGUNTA 29

Anexo VII - Minuta de Contrato, Capítulo XIX - Sección II, Pág. 46, Cláusula 65 - § 2º - II, II) Para los valores convertidos a Guaraníes:

$$R = Pb [(IPCi / IPCo) - 1].$$

Teniendo en cuenta la gran incidencia que tendrá el costo de la MANO DE OBRA en la ejecución de los Servicios de Desmontaje y Montaje Electromecánico (LOTE 3), solicitamos tengan a bien incluir en la fórmula de reajuste un coeficiente de ajuste de dicho componte de costo por el índice oficial en Paraguay de reajuste del salario mínimo, como sigue:

$$R = Pb [(0,4 IPC / IPCo + 0,60 S / So) - 1]$$

Donde:

R = reajuste del monto básico a pagar;

Pb = monto básico a pagar;

IPC = "Índice de Precios al Consumidor - Área Metropolitana de Asunción" - columna "Índice General", emitido por el "Banco Central del Paraguay", o el índice oficial que venga a substituirlo;

S= Salario por día del trabajador a jornal de la Categoría "EDIFICACIONES Y OBRAS DE CONSTRUCCION" establecido por el Ministerio de Trabajo Empleo y Seguridad Social del Paraguay o el índice oficial que venga a substituirlo;

i = el índice de orden "i" se refiere al 12º (décimo segundo) mes, 24º (vigésimo cuarto) mes, y así sucesivamente, contados a partir de la fecha base económica;

0 = el índice de orden ""0"" se refiere al mes de la fecha-base económica.

RESPUESTA

Solicitud rechazada. Se entiende que el IPC "Índice de Precios al Consumidor" ya incluye la variación de costos que repercutirá en los salarios, ya que es el índice que utiliza como referencia el gobierno paraguayo cuando reajusta el salario mínimo legal.

PREGUNTA 30

Anexo X - Esquema de Pagos, General. Solicitamos que se incluya en el esquema de pago un anticipo del 10% del monto del contrato para la realización de inversiones y movilización en obra.

RESPUESTA

Solicitud rechazada.

PERGUNTA 31

"Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16
Cl. 62 44 § único
Quaisquer tributos, exceto o imposto de renda e os encargos sociais, criados, alterados ou extintos após a apresentação da Proposta Comercial, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso. Embora as vendas para Itaipu sejam isentas de ICMS, sem possibilidade de manutenção de crédito (por ausência de expressa disposição da norma), nos termos do artigo 42, do Anexo I do RICMS/SP, sendo custo para a Contratada, devendo ser incluído na composição do preço, entendemos que devemos considerar a carga tributária disposta no Convenio 52/91, referente ao ICMS incidente nas aquisições (importações e aquisições no mercado nacional), pois na data da entrega da oferta (23/02/2021) o citado Convênio prorrogado pelo Convênio 133/2020 até 31.03.2021 ainda estará vigente. Assim, qualquer alteração de legislação tributária que impacte o preço entregue na data da oferta, incluindo, mas não se limitando a não prorrogação do Convênio 52/91, deverá ser refletida no Contrato de modo o a recompor o Preço e, consequentemente, o equilíbrio contratual. Favor confirmar se estão de acordo com este entendimento."

RESPOSTA

O teor do subitem 2.3.4 do Caderno de Bases e Condições, no que se refere à isenção tributária, os aspectos específicos das propostas são de responsabilidade exclusiva das proponentes, sendo recomendável assessoria especializada. Ademais, a proposta comercial será julgada conforme critérios definidos no subitem 3.6.6, entre eles, o preço ofertado (marcador "b").

De toda sorte, lembre-se que a futura relação jurídica contratual terá a data da sessão pública como um de seus marcos interpretativos, razão pela qual o parágrafo único da Cláusula 62 faz da apresentação da Proposta Comercial o elemento de corte para identificação de eventuais alterações tributárias que, comprovadamente, repercutam sobre os preços contratados.

PREGUNTA 31

Anexo VII Minuta de Contrato Aditivo 16
Cl. 62 44 § único
Los impuestos, excepto el impuesto sobre la renta y cargas sociales, creados, alterados o extinguidos con posterioridad a la presentación de la Oferta Comercial, con probada repercusión en los precios contratados, implicarán la revisión de éstos, ya sea a más o a menos, según corresponda. Si bien las ventas a Itaipu están exentas de ICMS, sin posibilidad de mantener crédito (por ausencia de disposición expresa de la norma), en los términos del artículo 42, del Anexo I del RICMS/SP, siendo un costo para el Contratista, y deben ser incluidas en la composición del precio, entendemos que debemos considerar la carga tributaria dispuesta en el Convenio 52/91, referente al ICMS que grava las adquisiciones (importaciones y adquisiciones en el mercado nacional), pues a la fecha de entrega de la oferta (23/02/2021) el mencionado Acuerdo prorrogado por Acuerdo 133/2020 hasta el 31 de marzo de 2020 seguirá vigente. Así, cualquier cambio en la legislación tributaria que impacte el precio entregado en la fecha de la oferta, incluyendo, pero no limitado a, la no prórroga del Acuerdo 52/91, deberá quedar reflejado en el Contrato para recomponer el Precio y, en consecuencia, el saldo contractual. Favor confirme que está de acuerdo con este entendimiento.

RESPUESTA

El tenor del sub-ítem 2.3.4 del Pliego de Bases y Condiciones, respecto a la exoneración tributaria, los aspectos específicos de las ofertas son de responsabilidad exclusiva de los oferentes, siendo recomendable asesoría especializada. Además, la oferta comercial será juzgada conforme a los criterios definidos en el sub-ítem 3.6.6, entre ellos, el precio ofertado (letra "b").

En cualquier caso, se recuerda que la futura relación jurídica contractual considerará la fecha de sesión pública como uno de sus marcos interpretativos, razón por la cual el parágrafo único de la Cláusula 62 hace de la presentación de la Oferta Comercial el elemento de corte para identificación de eventuales alteraciones tributarias que, comprovadamente, repercutan sobre los precios contratados.

PERGUNTA 32

“Aditamento 16 2 A
responsabilidade do CONTRATADO por perdas e danos será limitada aos danos diretos, excluídos os lucros cessantes e os danos indiretos, ficando os danos diretos, não cobertos pelo seguro previsto na Cláusula 34, limitados a USD 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Considerando a alteração à Cláusula 33 do Contrato, trazida pelo Aditamento 16, comentamos: (i) o Contrato será assinado em BRL e PYG (Cláusula 64); (ii) já o teto de responsabilidade foi definido em USD (Cláusula 33, §1º). Com isto, o limite de responsabilidade do CONTRATADO flutuaria de acordo com a cotação do USD, o que não é usual nem conveniente para as Partes. Assim, sugerimos que o teto de 90MUSD seja convertido para as moedas do Contrato, seguindo as mesmas regras da Cláusula 64, §1º.

RESPOSTA

Pedido indeferido, a ITAIPU manterá o limite de responsabilidade por danos e prejuízos estabelecido no §1º da Cláusula 33 no valor de USD 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

PERGUNTA 33

“Resposta 80 do Aditamento 12 Lote 1 46
Pergunta 80 ... A hipótese de extinção parcial encontra-se regulada na Cláusula 113, inclusive no que tange às penalidades aplicáveis pela rescisão. Em referência à cláusula 113 do Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO e retornando à pergunta colocada por proponente assim como a resposta apresentada por Itaipu, está claro que Itaipu poderá rescindir de maneira parcial, a execução do contrato com empresa integrante do Consórcio Binacional mediante a ocorrência das condições indicadas nos itens a) que seria somar multas moratórias que atinjam ou superem 10% do valor do escopo do Lote ou b) (i) encerramento de sua atividade empresarial; ou b) (ii) entre em processo falimentar ou insolvência, e sob critério de Itaipu, em recuperação judicial ou b) (iii) promova alteração social, fusão, cisão, incorporação ou modifique sua finalidade ou estrutura de maneira que prejudique a execução do Contrato. No entanto, é fato que é economicamente oneroso e

PREGUNTA 32

Aditivo 16 2
La responsabilidad del CONTRATISTA por pérdidas y daños se limitará a daños directos, excluyendo lucro cesante y daños indirectos, con daños directos no cubiertos por el seguro previsto en la Cláusula 34, limitado a USD 90.000.000,00 (noventa millones de dólares EEUU).
Considerando la enmienda a la Cláusula 33 del Contrato, presentada por el Aditivo 16, comentamos: (i) el Contrato se firmará en BRL y PYG (Cláusula 64); (ii) el techo límite de responsabilidad ya fue definido en USD (Cláusula 33, Párrafo 1). Como resultado, el límite de responsabilidad del CONTRATISTA fluctuaría de acuerdo con la cotización en USD, lo que no es habitual ni conveniente para las Partes. Por lo tanto, sugerimos que el tope de 90MUSD se convierta a las monedas del Contrato, siguiendo las mismas reglas que en la Cláusula 64, §1.

RESPUESTA

Solicitud denegada. La ITAIPU mantendrá el límite de responsabilidad por daños y perjuicios establecido en el §1º de la Cláusula 33 en el valor de USD 90.000.000,00 (noventa millones de dólares de los Estados Unidos de América).

PREGUNTA 33

Respuesta 80 del Aditivo 12 Lote 1 46 Pregunta 80
La hipótesis de extinción parcial se regula en la Cláusula 113, incluso en lo que se refiere a las sanciones aplicables por extinción.
En referencia a la cláusula 113 del Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO y volviendo a la pregunta planteada por el oferente así como a la respuesta presentada por Itaipu, es claro que Itaipu podrá rescindir parcialmente la ejecución del contrato con una empresa que forme parte del Consorcio Binacional en caso de ocurrencia de las condiciones señaladas en los incisos a) que estarían sumando multas por demora que alcancen o superen el 10% del valor del alcance del Lote o b) (i) cese de su actividad empresarial; o b) (ii) entrar en concurso de acreedores o insolvencia, y a discreción de Itaipu, bajo recuperación judicial o b) (iii) promover el cambio social, fusión, escisión, incorporación o modificar su objeto o estructura de manera que perjudique la ejecución del Contrato. Sin embargo, es un hecho que resulta económicamente costoso, impracticable e

organizacionalmente impraticável e inviável que o escopo da referida empresa seja assumido pelas empresas remanescentes no Consórcio Binacional. Desta forma, entende-se ainda que, o escopo de responsabilidade desta empresa seria reassumido por Itaipu e quando Itaipu selecionar uma empresa substituta para continuar com a execução, esta não integrará o Consórcio Binacional já constituído, mas seguiria como subcontratada direta da respondendo à própria Itaipu. Favor confirmar nosso entendimento ou, caso contrário, pedimos que Itaipu defina de maneira objetiva como se dará esta substituição.”

RESPOSTA

Esclarecemos ser impossível delimitar, de antemão, como ocorrerá eventual exercício, pela ITAIPU, da faculdade estabelecida na Cláusula 113, § 1º, marcador “a”, da Minuta de Contrato, bem como as consequências do ato. Assim, os efeitos do exercício desta faculdade nas obrigações contratuais somente poderão ser avaliados no caso concreto.

PERGUNTA 34

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16 cláusula 110, §1º, letra b e cláusula 113, §1º, letra Ambas as letras b das cláusulas 110 e 113 estabelecem a aplicação de multa compensatória nos termos do Capítulo XXV. Dessa forma a multa compensatória de 5% calculada sobre o valor atualizado do contrato prevista no Capítulo XXV, Cláusula 100, inciso V, será aplicada em ambas as possibilidades de rescisão, tanto a rescisão total do Contrato, quanto a rescisão parcial do Contrato com relação a um dos integrantes que deu causa à rescisão. Solicita-se a Itaipu que considere a aplicação da multa de 5% do valor atualizado do Contrato somente para a hipótese da rescisão unilateral do Contrato por Itaipu prevista na cláusula 110 e que a multa compensatória aplicável em caso de rescisão parcial com um dos lotes seja de 5% do valor do lote rescindido e não do valor atualizado do contrato.”

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto. Na hipótese de rescisão parcial com relação ao integrante de Lote, a multa compensatória devida em razão da aplicação da Cláusula 113,

inviável a nível de organización que el alcance de esa empresa sea asumido por las restantes empresas del Consorcio Binacional. Así, se entiende además que el alcance de responsabilidad de esta empresa sería retomado por Itaipu y cuando Itaipu seleccione una empresa sustituta para continuar con la ejecución, no será parte del Consorcio Binacional ya establecido, sino que continuará como subcontratista directo de la propia Itaipu. Por favor confirme nuestro entendimiento o, en caso contrario, le pedimos a Itaipu que defina objetivamente cómo se llevará a cabo este reemplazo.

RESPUESTA

Aclaremos que es imposible delimitar, anticipadamente, cómo irá a ocurrir el eventual ejercicio por la ITAIPU, de la facultad establecida en la Cláusula 113, § 1º, letra “a”, de la Minuta de Contrato, así como las consecuencias del acto. De ese modo, los efectos del ejercicio de esta facultad en las obligaciones contractuales únicamente podrán ser evaluados en cada caso concreto.

PREGUNTA 34

Anexo VII_Minuta de Contrato_Aditivo 16 cláusula 110, §1º, letra b e cláusula 113, §1º, letra Ambas letras b de las cláusulas 110 y 113 establecen la aplicación de una multa compensatoria en los términos del Capítulo XXV. Así, la multa compensatoria del 5% calculada sobre el valor actualizado del contrato prevista en el Capítulo XXV, Cláusula 100, inciso V, se aplicará en ambas posibilidades de rescisión, tanto la rescisión total del Contrato como la rescisión parcial del Contrato respecto a uno de los miembros que haya provocado la rescisión. Se solicita a Itaipu que considere aplicar la multa del 5% del valor actualizado del Contrato solo en caso de rescisión unilateral del Contrato por parte de Itaipu prevista en la cláusula 110 y que la multa compensatoria aplicable en caso de rescisión parcial con uno de los lotes sea 5% del valor del lote terminado y no el valor del contrato actualizado.

RESPUESTA

Entendimiento parcialmente correcto. En la hipótesis de rescisión parcial con relación al integrante del Lote, la multa compensatoria devida en razón de la aplicación de la Cláusula

§ 1º, marcador “b” da Minuta de Contrato será cobrada considerando-se o valor atualizado do Lote rescindido. Gentileza atentar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 35

“Anexo VII - Minuta de Contrato, CAPÍTULO XII, Página. 24, Seção VII - Seguro de Responsabilidade Civil - Cláusula 35 - A cobertura do Seguro de Responsabilidade Civil terá início às 12h00 (hora zero) do dia seguinte à assinatura deste Contrato, válida até o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA neste Contrato.

Solicitamos que os seguros de responsabilidade civil possam ser contratados por períodos de dois ou três anos e que sejam renováveis até que esteja coberto o período total do contrato.”

RESPOSTA

Favor reportar-se à resposta da pergunta 62 do Aditamento 18.

PERGUNTA 36

“AF 2021- 18 Anexo VII_Minuta do Contrato CAPITULO XXV 57 CLAUSULA 100-PENALIDADES "III) Exceto para os casos previstos no inciso “II”, caberá multa moratória, calculada sobre o valor atualizado deste Contrato, pelo descumprimento dos demais prazos contratuais, ou aqueles acordados ou estabelecidos pelo gestor deste Contrato, de:

- a) 0,0001% (um décimo de milésimo por cento), por dia de atraso, nos primeiros 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,0002% (dois décimos de milésimo por cento), por dia de atraso, após 30 (trinta) dias de atraso.” Solicitamos especificar quais prazos contratuais serão passíveis de aplicação de multa.”

RESPOSTA

Todos os prazos estabelecidos no Contrato e seus anexos, incluindo os prazos acordados entre as partes e aqueles estabelecidos pelo Gestor na execução contratual.

PERGUNTA 37

“Anexo VII - Esquema de Pagamento Geral

”Tendo analisado o Anexo VII - Esquema de Pagamento, verifica-se que os executantes do Lote 1 operarão com caixa

113, § 1º, letra “b” de la Minuta de Contrato será cobrada considerándose el valor actualizado del Lote rescindido. Favor remitirse al ítem II de este Aditivo.

PREGUNTA 35

Anexo VII - Minuta de Contrato, CAPÍTULO XII, Pág. 24, Sección VII - Seguro de Responsabilidad Civil - Cláusula 35 - La cobertura del Seguro de Responsabilidad Civil comenzará a las 12:00 a.m. (hora cero) del día siguiente a la firma de este Contrato, vigente hasta el íntegro cumplimiento de las obligaciones asumidas por el CONTRATISTA en este Contrato.

Solicitamos que el seguro de responsabilidad civil pueda ser contratado por periodos de dos o tres años y que sean renovables hasta cubrir el periodo total del contrato.

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 62 del Aditivo 18.

PREGUNTA 36

“AF 2021-18 Anexo VII_Minuto de contrato CAPITULO XXV 57 CLAUSULA 100-SANCIONES "III) Salvo los casos previstos en el inciso “II”, corresponde multa moratoria, calculada sobre el valor actualizado de este Contrato, por incumplimiento de los demás términos contractuales, o los pactados o establecidos por el gerente de este Contrato, de:

- a) 0,0001% (una décima de milésimo por ciento), por día de atraso, en los primeros 30 (treinta) días de atraso;
- b) 0,0002% (dos décimas de milésimo por ciento), por día de atraso, luego de 30 (treinta) días de atraso.”Le solicitamos que especifique qué términos contractuales estarán sujetos a una multa.”

RESPUESTA

Todos los plazos establecidos en el Contrato y sus anexos, incluyendo los plazos acordados entre las partes y aquellos establecidos por el Gestor en la ejecución contractual.

PREGUNTA 37

“Apéndice VII - Esquema de pago general”

Habiendo analizado el Apéndice VII - Esquema de pago, parece que los operadores del Lote 1 operarán con caja significativamente negativa

significativamente negativo por longos períodos, implicando relevante custo financeiro para o Projeto. Assim, como medida para amenizar este efeito, solicitamos, alternativamente, a:

- (i) inclusão de Adiantamento de 20% do valor do Contrato, a ser pago com a emissão da Ordem de Início de Execução - OIE, ou
- (ii) inclusão de Adiantamentos de 30% do valor do sistema/equipamento, a serem pagos com a emissão de cada respectiva Ordem de Execução Parcial - OEP.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. Mantêm-se as condições estabelecidas no CBC.

PERGUNTA 38

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16 XXXII 69 Cl. 118 Para decidir as questões emergentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Justiça Federal de Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil ou a "Circunscripción Judicial de la Ciudad de Asunción - Paraguay", renunciando as partes a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam. Para fins de segurança jurídica das Partes e conforme disposições exigidas de forma geral em leis e licitações públicas ou privadas, a definição de um foro para dirimir eventuais conflitos derivados do contrato é cláusula essencial em todos os instrumento contratuais. De acordo com o disposto no Anexo VII - Minuta de Contrato o foro não está definido, visto que existem dois foros possíveis por serem foros alternativos que somente serão fixados em caso de uma ação judicial ser ajuizada num ou outro país. O entendimento das Partes é que será aplicada a mesma regra já aplicada em licitações anteriores; ou seja, já foi entendimento de Itaipu em outra Licitação Binacional que “o foro da relação contratual e o direito civil aplicável serão definidos pela sede da empresa líder do consórcio binacional. Se a empresa líder tiver sede no Brasil, aplica-se a legislação civil brasileira; se a empresa líder tiver sede no Paraguai, aplica-se a legislação civil paraguaia.” Dessa forma, vislumbra-se a possibilidade de definição de foro sem que tal definição seja afronta às normas e princípios de Itaipu e considerando também que é cláusula essencial aos contratos a definição de um foro para dirimir conflitos derivados das relações contratuais. Favor

durante largos períodos, lo que implica un costo financiero significativo para el Proyecto. Así, como medida para mitigar este efecto, solicitamos, alternativamente:

- (i) inclusión de un Anticipo del 20% del valor del Contrato, a pagar con la emisión de la Orden de Inicio de Ejecución - OIE, o
- (ii) inclusión de Anticipos del 30% del valor del sistema/equipo, a ser pagado con la emisión de cada Orden de Ejecución Parcial respectiva - OEP.”

RESPUESTA

Pedido denegado. Se mantienen las condiciones establecidas en el PBC.

PREGUNTA 38

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16 XXXII 69 Cl. 118 Para resolver las cuestiones derivadas de este Contrato, se elige el Tribunal Federal de Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil o la Circunscripción Judicial de la Ciudad de Asunción - Paraguay, renunciando a las partes a cualesquiera otras, por privilegiadas que sean. A los efectos de la seguridad jurídica de las Partes y de acuerdo con las disposiciones generalmente exigidas en las leyes y licitaciones públicas o privadas, la definición de un foro para resolver los conflictos derivados del contrato es una cláusula esencial en todos los instrumentos contractuales. De acuerdo a lo establecido en el Anexo VII - Minuta de Contrato, el foro no está definido, ya que existen dos foros posibles por ser foros alternativos que solo se fijarán en el caso de que se presente una demanda en cualquiera de los países. El entendimiento de las Partes es que se aplicará la misma regla que se aplicó en licitaciones anteriores; es decir, ya fue la interpretación de Itaipu en otra Licitación Binacional que “el foro de la relación contractual y el derecho civil aplicable lo definirá la sede de la empresa líder del consorcio binacional. Si la empresa líder tiene su sede en Brasil, se aplica la ley civil brasileña; Si la empresa líder tiene su sede en Paraguay, se aplica la ley civil paraguaya.” De esta manera, se contempla la posibilidad de definir un foro sin que dicha definición sea contraria a las reglas y principios de Itaipu y considerando además que es fundamental en los contratos definir un foro para resolver los conflictos derivados de las relaciones contractuales. Por

confirmar nosso entendimento.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. Tendo em vista que o futuro CONTRATADO será um Consórcio Binacional, formado entre empresas brasileiras e paraguaias, mantém-se o foro alternativo previsto na Cláusula 118 da Minuta de Contrato, Anexo VII do CBC, uma vez que o Art. XIX do Tratado de ITAIPU não elencou qualquer exceção de prevalência de um foro sobre o outro para esta situação. Favor reportar-se à pergunta 89 do Aditamento 12.

PERGUNTA 39

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16 XXVII 67 Cl. 113b “quando um dos integrantes: (i) encerre a atividade empresarial; (ii) entre em processo falimentar ou de insolvência civil e, conforme o caso, a critério da ITAIPU, de recuperação judicial; ou (iii) promova alteração social, fusão, cisão, incorporação ou modifique sua finalidade ou a estrutura da empresa, de forma que prejudique a execução deste Contrato.” Caso um dos integrantes tenha sua falência decretada pelo Poder Judiciário de acordo com o disposto no caput da cláusula 113, Itaipu poderá rescindir o contrato de forma parcial relativamente ao lote 1, 2 e 3. Tendo vista que torna-se inviável do ponto de vista econômico/financeiro e da execução contratual a permanência no consórcio da empresa que tenha sua falência decretada pelo Poder Judiciário, solicita-se que Itaipu considere alterar a redação da cláusula para que nessas hipóteses Itaipu necessariamente rescinda parcialmente o contrato com o integrante que se encontrar em situação de falência e que nessa hipótese os lotes remanescentes não sejam responsáveis pela execução do escopo do lote rescindido ou pelos danos ou custos adicionais de contratação de nova empresa para execução do escopo rescindido.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A redação do art. 49, caput, da Norma Geral de Licitação (NGL) cuida da rescisão unilateral do Contrato como uma faculdade, cuja utilidade do exercício será avaliada no caso concreto.

favor, confirme nuestro entendimiento.”

RESPUESTA

Pedido denegado. Teniendo en cuenta que el futuro CONTRATISTA será un Consorcio Binacional, formado entre empresas brasileras y paraguayas, se mantiene la jurisdicción alternativa prevista en la Cláusula 118 de la Minuta de Contrato, Anexo VII del PBC, debido a que el Art. XIX del Tratado de ITAIPU no vinculó ninguna excepción de prevalencia de una jurisdicción sobre la otra para esta situación. Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 89 del Aditivo 12.

PREGUNTA 39

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16 XXVII 67 Cl. 113b “cuando uno de los miembros: (i) termina la actividad comercial; (ii) entra en concurso de acreedores o insolvencia civil y, en su caso, a discreción de ITAIPU, de recuperación judicial; o (iii) promueve cambio social, fusión, escisión, incorporación, o modifica su objeto o la estructura de la empresa, de manera que perjudique el cumplimiento de este Contrato.”

Si uno de los miembros tiene su quiebra decretada por el Poder Judicial de acuerdo con lo dispuesto en el caput de la cláusula 113, Itaipu podrá resolver parcialmente el contrato en relación con los lotes 1, 2 y 3. Teniendo en cuenta que no es factible desde el punto de vista económico-financiero y ejecución contractual la permanencia en el consorcio de la empresa que tiene su quiebra decretada por el Poder Judicial, se solicita que Itaipu considere cambiar la redacción de la cláusula para que en estos casos Itaipu necesariamente resuelve parcialmente el contrato con el afiliado que se encuentra en quiebra y en cuyo caso los lotes restantes no son responsables de ejecutar el alcance del lote rescindido ni de los daños o costos adicionales de contratar una nueva empresa para ejecutar el alcance rescindido.”

RESPUESTA

Pedido denegado. La redacción del Art. 49, caput, de la Norma General de Licitación (NGL) trata de la rescisión unilateral del contrato como una facultad, cuya utilidad de ejercerlo será evaluada en cada caso concreto.

PERGUNTA 40

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16
XXV 61 Cl. 100 V caberá
multa compensatória de 5% (cinco por cento)
calculada sobre o valor atualizado deste
Contrato, no caso de rescisão contratual.

Na referida cláusula, consta que a multa compensatória de 5% do valor atualizado do Contrato será aplicável no caso de rescisão contratual. Essa multa é aplicável tanto para rescisão total do Contrato quanto para rescisão parcial do Contrato com relação a um dos lotes, conforme disposições da cláusula 110, §1º, letra b e cláusula 113, §1º, letra b. Em caso de rescisão parcial do contrato com um dos lotes, já foi esclarecido por Itaipu pela resposta à pergunta 216 que a multa será aplicada ao integrante do lote rescindido. Nesse sentido, sendo a multa compensatória uma prévia fixação de danos, entende-se, portanto, que não haverá cobrança de danos decorrentes da rescisão parcial do Contrato ao Lote rescindido e nem tampouco tais eventuais danos serão cobrados dos demais lotes remanescentes, especialmente, mas não limitado aos danos decorrentes de contratação de nova empresa por Itaipu.”

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto.
Consoante prescreve a Cláusula 106 da Minuta de Contrato, a responsabilização por perdas e danos causados à ITAIPU em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou cláusula contratual não está limitada ao valor da multa compensatória.

Não obstante, conforme aclarado na resposta da pergunta 217 do Aditamento 12, a cobrança das multas e indenizações devidas em decorrência da aplicação do art. 113, § 1º, marcador “c”, será feita à Integrante do Lote rescindido.

PERGUNTA 41

“Resposta 343 do Aditamento 12 Lote 1
156 e 157 Pergunta 343 ... A
ITAIPU adotou a fórmula ponderada de índices disponíveis em publicações de institutos de pesquisas de reconhecimento nacional do Brasil, escolhendo os índices capazes de representar os impactos da inflação local.

A fórmula revista por Itaipu com base nos índices locais é favorável em corrigir os preços

PREGUNTA 40

“Anexo VII_Minuta de Contrato_Adit. 16
XXV 61 Cl. 100 V una
multa compensatoria del 5% (cinco por ciento)
calculada sobre el valor actualizado de este
Contrato, en el caso de resolución del contrato.

En dicha cláusula se establece que la multa compensatoria del 5% del valor actualizado del Contrato será de aplicación en caso de resolución contractual. Esta multa es aplicable tanto por la resolución total del Contrato como por la resolución parcial del Contrato en relación con uno de los lotes, de acuerdo con lo establecido en la cláusula 110, párrafo 1, letra b y, cláusula 113, párrafo 1, letra b. En caso de resolución parcial del contrato con uno de los lotes, Itaipu ya aclaró en respuesta a la pregunta 216 que la multa se aplicará al integrante del lote resuelto. En este sentido, dado que la multa compensatoria es una fijación previa de daños, se entiende, por tanto, que no se cobrarán los daños resultantes de la resolución parcial del Contrato al Lote resuelto, ni se cobrarán tales daños a los restantes lotes, especialmente, pero no se limita a ello, los daños resultantes de la contratación de una nueva empresa por parte de Itaipu.”

RESPUESTA

Entendimiento parcialmente correcto. De acuerdo con la Cláusula 106 de la Minuta de Contrato, la responsabilidad por pérdidas y daños causados a la ITAIPU derivados del incumplimiento de cualquier condición o cláusula contractual no está limitada al valor de la multa compensatoria.

No obstante, conforme se aclara en la respuesta de la pregunta 217 del Aditivo 12, el cobro de las multas e indemnizaciones debidas en consecuencia de la aplicación del Art. 113, § 1º, letra “c”, será exigido al integrante del Lote rescindido.

PREGUNTA 41

“Resposta 343 del Aditivo 12 Lote 1 156 y 157
Pregunta 343... ITAIPU adoptó la fórmula ponderada de índices disponibles en publicaciones de institutos de investigación reconocidos a nivel nacional en Brasil, eligiendo los índices capaces de representar los impactos de la inflación local. La fórmula revisada por Itaipu con base en índices locales es favorable para corregir los precios de los insumos

dos insumos adquiridos e oriundos do mercado local. No entanto, nos últimos 12 meses as cotações de commodities como Cobre e Alumínio apresentaram aumento desproporcional e historicamente inédito de 40% no acumulado e mantendo a tendência de alta, o que comprometeria o equilíbrio econômico e financeiro dos fluxos de caixa do Contrato. Compreendendo as limitações que se impõem sobre Itaipu com relação ao atendimento à NGL e a IP, porém, considerando que a parcela de commodities como Cobre possui importante impacto no preço do escopo da Atualização Tecnológica, pedimos reconsiderar a inclusão de índice nacional diretamente relacionado a evolução do cobre na fórmula de reajuste.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A estimativa de custos e encargos decorrentes de proteções quanto à eventuais variações no preço de parcela de insumos cujo custeio possa estar atrelado a outros índices, devem ser incluídos nas propostas de preços.

PERGUNTA 42

Anexo VII - Minuta de Contrato, Capítulo XIX, Página 51, Cláusula 85 - Todos os custos relativos à contratação e apresentação da garantia serão arcados pela INTEGRANTE LIDER DO CONSÓRCIO CONTRATADO.

Entendemos que as garantias a serem pagas pela Integrante líder do consórcio contratado são a Performance Bond a ser entregue a Itaipu (indicada na cláusula 81 da Minuta do Contrato) e as Garantias de Manutenção Corretiva (indicada nas cláusulas 82 e 83 da Minuta do Contrato). Nosso entendimento está correto?

RESPOSTA

Entendimento parcialmente correto. Além das garantias citadas, deverá considerar a apólice de Responsabilidade Civil da Cláusula 34.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 2.4.2 do Caderno de Bases e Condições, a ITAIPU disponibiliza em anexo a este Aditamento a versão atualizada da Minuta de Contrato, Anexo VII do CBC, contendo as modificações destacadas na cor azul.

adquiridos y procedentes del mercado local. Sin embargo, en los últimos 12 meses, los precios de commodities como el Cobre y el Aluminio han mostrado un aumento desproporcionado y sin precedentes del 40% en términos acumulados y manteniendo la tendencia alcista, lo que comprometería el equilibrio económico y financiero de los flujos de caja del Contrato. Entendiendo las limitaciones impuestas a Itaipu en relación a la NGL e IP, considerando, sin embargo, que la participación de commodities como el Cobre tiene un impacto importante en el precio del alcance de la Actualización Tecnológica, le pedimos que reconsidere la inclusión de un índice nacional directamente relacionado con la evolución del cobre en la fórmula de ajuste.”

RESPUESTA

Solicitud rechazada. La estimación de costos y cargos derivados de las protecciones en relación a posibles variaciones en el precio de la porción de insumos cuyo costo puede estar vinculado a otros índices, debe incluirse en las ofertas de precios.

PREGUNTA 42

Anexo VII - Minuta de Contrato, Capítulo XIX, Página 51, Cláusula 85 - Todos los costos relacionados con la contratación y presentación de la garantía correrán a cargo del INTEGRANTE LÍDER DEL CONSORCIO CONTRATADO.

Entendemos que las garantías a ser pagadas por el integrante líder del consorcio contratado son el Performance Bond a ser entregados a la Itaipú (indicada en la cláusula 81 de la minuta de contrato) y las Garantías de Mantenimiento Correctivo (indicadas en las cláusulas 82 y 83 de la minuta de contrato). ¿Es correcto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

Entendimiento parcialmente correcto. Además de las garantías citadas, se deberá considerar la póliza de Responsabilidad Civil de la Cláusula 34.

II) De conformidad con lo dispuesto en el subítem 2.4.2 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC), la ITAIPU pone a disposición, anexo a este Aditivo, la versión actualizada de la Minuta de Contrato, Anexo VII del PBC, que contiene modificaciones destacadas en color azul.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no Caderno de Bases e Condições da Concorrência Binacional AF 2021-18.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación Pública Binacional AF 2021-18.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 21.01.2021

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 21.01.2021